

A URSS CRIA PLANETAS



(Completa
reportagem
na Página
Central)

Leia

UM ANO DE LUTAS
E DE VITÓRIAS DO
MOVIMENTO
OPERÁRIO
Artigo de JOVER
TELLES, na pági-
na 9

O RESULTADO
DAS ELEIÇÕES
EM PERNAMBUCO
Artigo de DAVID
CAPISTRANO, na
página 9

CUBA:
DOIS ANOS
DE LUTA
ARMADA
DERRUBARAM
BATISTA
TEXTO NA 2a. Pág.



VOZ OPERÁRIA

RIO DE JANEIRO, 10 DE JANEIRO DE 1959

**FERROVIÁRIOS,
MARÍTIMOS
E PORTUÁRIOS
Conquistaram
O Abono**

TEXTO NA 10a. Pág.

**OS VERDADEIROS
AUTORES
DO PLANO
LUCAS LOPES**
Comentário econô-
mico na 4ª Página)

**PRESTES EM FAMÍLIA NO
DIA DE SEU ANIVERSÁRIO**

Durante to-
do o dia de
sábado e par-
te de domín-
go, em con-
tacto com seus correligionários, amigos e admiradores,

velhos companheiros de suas tantas jornadas de lutas, entre trabalhadores, jovens e mulheres, pessoas de tôdas as camadas sociais e credos ideológicos, Prestes foi alvo de expressivas manifestações de amizade e da confiança que nele depositam todos quantos, em nosso país, apoiam as posições e os objetivos pelos quais lutam os comunistas, ombro a ombro com todos os patriotas e democratas. A foto fixa um flagrante feito na residência de Prestes, no momento em que, ao lado de sua filha, entre as irmãs, sobrinhos e velhos amigos de sua família, o grande líder popular e dirigente comunista aguardava a chegada da comissão de marítimos, portuários, trabalhadores da Resistência e estivadores. Na 12ª pag. reportagem completa das festas e homenagens que assinalaram nesta capital a passagem da data natalícia de Prestes.

PREÇO
do Exemplo
3⁰⁰



CUBA: DOIS ANOS DE LUTA ARMADA DERRUBAM BATISTA

- ☆ A sangrenta ditadura não resistiu à luta do povo cubano
- ☆ Os imperialistas norte-americanos tudo fizeram para manter o tirano no poder
- ☆ Os povos da América Latina saúdam a vitória da insurreição cubana

Depois de mais de vinte anos de opressão, sob uma das mais cruentas e corruptas ditaduras de que se tem notícia, a nação cubana em armas conquista o direito à democracia. Esse é, sem dúvida, o melhor presente de Ano Novo que os 6 milhões de cubanos poderiam dar a si mesmos, e a toda a América Latina, que se vê assim reforçada e estimulada em sua luta vitoriosa contra o imperialismo e seus agentes.

Ainda as ruas de Havana estão fumegantes, do fogo da revolta popular; ainda não terminou, em Havana, Cienfuegos, Santiago e outras cidades cubanas, a caça aos policiais da ditadura, instrumentos da lenta e cruel tortura, que privou aquele

nobre povo de alguns de seus melhores filhos. Mas, a vitória das forças populares pede desde já ser cantada. A "Junta Militar", que o imperialismo lanque instalou no poder, depois de convencer-se de que Batista não mais era capaz de defender

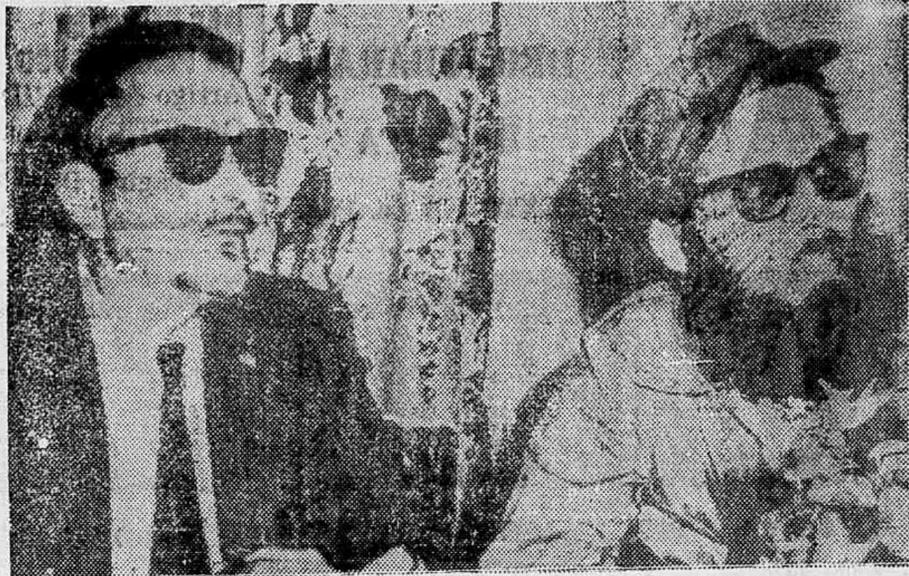
seus interesses, não resistiu sequer três dias à pressão irresistível do movimento vitorioso da revolta. O governo de Manuel Urrutia é a nova legalidade. Cuba inicia uma nova etapa de sua vida nacional, ao lado das nações irmãs do Continente.

Recentemente, um jornalista parisiense de "Le Monde", escrevendo de Havana, descobriu, entre surpresa e irônico, que "nada é mais infantil do que o esquema cubano". De fato, explica ele, toda a economia cubana repousa na cultura do açúcar, e quase toda a cultura do

inclusive, com o sr. Foster Dulles, erguendo brindes à saúde do ditador, na Embaixada de Cuba em Washington, e com a imprensa lanque recomendando, sem subterfúgios, a intervenção militar contra a rebelião. Batista era considerado por Washington como o "homem forte" de Cuba. Só mesmo quando, nos últimos dias, se deram conta de que a colheita de açúcar, sobretudo na província de Las Villas, estaria completamente perdida se não tivesse fim a guerra civil, os imperialistas tentaram uma manobra de conciliação. Retiraram o apoio a Batista e tentaram impôr a "Junta" provisória de governo.

Mas, era tarde de mais. Os 600 mil desempregados cubanos, os milhões de agricultores que o regime colonial apenas permite trabalhar dois meses no ano — durante a colheita de açúcar — e que vivem na mais negra e sórdida miséria, a quase unanimidade dos seis milhões de cubanos tinha cerrado fileiras atrás das colunas vitoriosas de Fidel Castro, exigindo um verdadeiro Ano Novo para Cuba. Uma greve geral seguida com rigor, em todo o país, foi mais uma vez a arma decisiva da vitória popular; e os membros da "Junta", ou fugiram do país, ao encaicho de Batista, ou foram presos.

Não se pode naturalmente, fazer previsões exatas sobre o comportamento futuro de Urrutia e Fidel Castro, na nova Cuba. O futuro da revolução cubana dependerá, em grande parte, do vigor com que as forças populares, que levaram Fidel Castro ao poder, mantiverem sua pressão e vigilância para que não sejam abandonados os objetivos de libertação inscritos na bandeira do "Movimento 26 de Julho".



Na foto, o dr. Manuel Urrutia (à esquerda), presidente provisório de Cuba, e seu assessor de relações públicas, durante uma conferência realizada na cidade de Santiago de Cuba.

FATOS & DATAS

1-26 de julho de 1953. Fidel Castro, chefiando um grupo de combatentes, tenta apoderar-se do fortim militar de Moncada, na província de Oriente. Sua tentativa fracassa, ele é preso e torturado, e a maior parte de seus companheiros é sumariamente fuzilada pela polícia de Batista. Mas o ato fica como bandeira de libertação quando, alguns anos mais tarde, emigrado para os Estados Unidos, é fundado o "Movimento 26 de Julho", com o objetivo de derrubar a ditadura em Cuba.

2-2 de dezembro de 1956. A frente de uma centena de companheiros, Fidel Castro desembarca em Playa Colorado; o grupo vence um combate com o exército "legal" e refugia-se nas montanhas de Sierra Maestra, constituindo-se no núcleo básico da rebelião, que depois se estenderia a todo o país.

3-7 de setembro de 1957. Insurreição da guarnição militar de Cienfuegos. Prematura ainda, a insurreição não logra estender-se a todo o exército, como era seu objetivo, mas permanece como sinal de que os dias de Batista estavam contados.

4-3 de abril de 1958. Instituição do "Salário da Liberdade". Cada operário e cada camponês passaria a contribuir com um dia de seus miseráveis salários para a manutenção do exército rebelde. Apesar do regime policial e corrupto, e apesar da miséria, a medida tem o mais completo êxito, e mais de 90% do proletariado de

Cuba contribui desde então regularmente para a vitória da rebelião.

5-3 de novembro de 1958. Completo fracasso das "eleições" com que Batista, abertamente apoiado pelo governo norte-americano, tentou passar por cima da rebelião. O próprio Batista reconheceu que 60% do eleitorado seguiu a palavra de ordem rebelde, que pediu o "boicote" das urnas; mas, cifras mais próximas da realidade indicaram que apenas 25% dos eleitores compareceram à votação, "elegendo" Rivero Agüero, como Presidente de Cuba. Estava demonstrado que todo o país apoiava o movimento rebelde.

6-28 de novembro de 1958. Constituição da Frente Operária Nacional Unida, congregando comunistas, membros do "Movimento 26 de Julho" e operários sem partido no apoio ativo à rebelião. Com essa medida os comunistas cubanos, que já atuavam individualmente na rebelião, apoiando os partidários de Fidel Castro, ajudam a imprimir uma forma organizada a toda ação operária na revolta armada.

7-1 de janeiro de 1959. Batista foge para a República Dominicana, deixando em seu lugar uma "Junta" militar fabricada pelo Embaixador lanque Earl Smith.

8-5 de janeiro de 1959. Manuel Urrutia, chefe do governo rebelde, instala-se no Palácio Presidencial de Havana. Consolidou-se a vitória da rebelião popular, com o desaparecimento dos últimos remanescentes da ditadura.

açúcar cubano está em mãos lanques, e destina-se ao consumo interno dos Estados Unidos. Para ilustrar o esquema, ele conta que, há pouco tempo, uma companhia francesa quis instalar em Cuba um moinho de trigo. Dessa forma, o trigo norte-americano passaria a ser importado em grão, e não mais em farinha, para Cuba. Foi o que bastou, porém, para que o Departamento de Estado enviasse um "recado" ao governo cubano: se o moinho francês fosse instalado, haveria "cortes" nas importações de açúcar. O projeto, evidentemente, foi arquivado.

Somadas todas elas, as companhias norte-americanas têm 800 milhões de dólares investidos na cultura do açúcar cubano. Apenas em 1957, porém, elas remeteram 600 milhões de dólares de lucros para a "metrópole". Não é segredo para ninguém mais, em Cuba, que a salvação do país estará na diversificação do mercado exportador de maneira a retirar o país dessa dependência total em relação ao imperialismo. Só a intensificação da cultura do tabaco, do cacau, do café, e outros produtos exportáveis, ao lado do aproveitamento e industrialização de suas ricas reservas minerais, libertará o país da dependência dos monopólios lanques.

Vê-se logo, entretanto, que os interesses imperialistas, que procuram em Cuba um açúcar barato para o consumidor lanque, e um mercado comprador para suas exportações industriais e, mesmo, de horticultura, se opõem com todas as suas forças a tais projetos de desenvolvimento econômico em Cuba. Por isso, eles sustentaram enquanto puderam, e abertamente o regime de Batista

A VISITA DE MIKOYAN AOS ESTADOS UNIDOS

Crônica Internacional

A visita de Anastase Mikoyan aos Estados Unidos está repercutindo como um dos mais auspiciosos acontecimentos internacionais que assinalam a promissora entrada de 1959. Os passos do primeiro-vice-presidente do Conselho de Ministros da União Soviética no principal país do campo capitalista estão sendo acompanhados com viva atenção e indistigável simpatia por todos os povos, que antes de tudo sabem bem avaliar o que significa a iniciativa dessa viagem e as consequências que poderá trazer no sentido do encaminhamento da solução do mais angustiante de todos os problemas da humanidade: o problema da paz.

Os despachos das agências telegráficas deixam entrever que os primeiros dias de atividade, aliás intensa, de Mikoyan em Washington serviram para criar um ambiente de otimismo. Nas duas entrevistas — ambas demoradas — com Foster Dulles, assuntos de importância decisiva foram examinados, como a situação de Berlim, o problema do desarmamento e as questões ligadas à intensificação do intercâmbio comercial entre os dois países. Falando pela televisão ao povo americano, Mikoyan manifestou a convicção de que as conversações iniciadas há de servir para reduzir a tensão da guerra fria, melhorando as perspectivas de paz. «Veremos o resultado» — teria afirmado o dirigente soviético — acrescentando: «Haverá paz no mundo».

As informações revelam também que Mikoyan não se tem limitado apenas a entrevistas com autoridades governamentais norte-americanas. Esforçou-se em ampliar ao máximo seu contato com personalidades e organizações representativas dos mais diversos setores da vida do país. Tendo estado durante dois meses nos Estados Unidos há 22 anos, mostra-se interessado, segundo afirmou aos repórteres, em ver as alterações ocorridas durante esse período, em recolher novas impressões. Além disso, procura «ver velhos amigos e conquistar novos».

No próximo dia 19, o primeiro-vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS deverá ser recebido por Eisenhower. Desse encontro e das conversações finais devem surgir os resultados imediatos da viagem de Mikoyan aos Estados Unidos. Quaisquer que sejam, entretanto, esses resultados, duas conclusões já se apresentam claras desde agora. A primeira é a de que mais uma vez se confirma, concretamente, a orientação fundamental da política externa da União Soviética no sentido da paz e da coexistência pacífica entre os países de regime social diferente. Nenhum obstáculo é considerado intransponível quando se tem em vista alcançar esse fim. O esforço desenvolvido a respeito pelo governo da URSS se encaminha em todos os sentidos possíveis, concretizando-se em iniciativas, como essa das "férias" de Mikoyan, que se afastam dos processos considerados tradicionais na diplomacia. A segunda conclusão é a de que o caminho certo, para a conquista da paz, está numa política de negociações e de entendimentos, que parta da necessidade e do interesse de serem encontradas soluções positivas; e não de uma política de posições de força de pressão e imposição, de agravamento da guerra fria, como a defendida pelo sr. Foster Dulles. Por isso mesmo, a visita de Mikoyan, antes ainda de alcançados os resultados finais, que os povos esperam correspondem aos seus desejos de um maior alívio da tensão internacional, vem sendo acompanhada com vivo interesse e calorosa simpatia.

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

O Partido Socialista Popular, que reúne os comunistas de Cuba, desenvolveu heróica luta antes da insurreição armada e, posteriormente, em estreita ligação com ela. A repressão, sob a capa do anticomunismo ditado por Washington, encarniçou-se especialmente contra o Partido e seus militantes.

Nada, porém, foi capaz de desviar a classe operária cubana e o seu Partido de seu justo combate. A palavra de ordem lançada em Dezembro de 1955 — «União e luta de classe» — permitiu aos trabalhadores do açúcar organizar uma greve vitoriosa, que terminou por anular as rebaixas salariais decretadas por Batista.

Em agosto de 1957, uma greve geral paralisou durante vários dias inúmeras cidades do país.

Em novembro de 1958, líderes do agrupamento operário do movimento "26 de Julho", do P.S.P., e operários sem partido constituíram a FRENTE OPERÁRIA NACIONAL UNIDA e lançaram um manifesto assinado pelos líderes operários, no qual, após exporem os objetivos que norteavam toda a ação da F.O.N.U., fundamentalmente "por uma solução de paz e democracia para Cuba, mediante o estabelecimento de um governo democrático, capaz de satisfazer a nossa classe e ao povo em geral", lançaram um ardente apelo

aos trabalhadores cubanos, exortando-os a que se unissem com toda a urgência e constituíssem comitês de unidade em todos os locais de trabalho, de apoio ao programa da Frente Operária, ligando as ações reivindicatórias à luta das forças rebeldes, a fim de assestar o golpe definitivo e arrasador na tirania que ensanguentava o país, e libertar a pátria.

O Partido Socialista Popular jamais deixou de preconizar uma política de ampla união para a derrubada de Batista.

No dia 11 de dezembro do ano passado, o Comitê Nacional do Partido tornou público o seguinte programa: — Expulsão do poder de

Batista e de sua camarilha; — Formação de um governo provisório realmente democrático, apoiado nas forças insurretas e no movimento revolucionário e democrático em todo o povo;

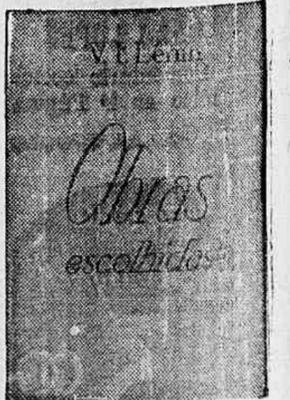
— Restabelecimento dos direitos democráticos, libertação dos presos políticos, garantias a todas as ideologias e tendências políticas;

— Plena e ampla democracia sindical; reorganização do movimento sindical à base da participação de todos os trabalhadores, sem interferência do Estado;

— Encarceramento de todos os responsáveis pelas atrocidades praticadas pela ditadura;

— Restauração das forças armadas da República em bases democráticas e populares;

— Eleições democráticas.



Obstinação e Ridículo

O lançamento com êxito pela União Soviética do primeiro planeta artificial criado pelo homem despertou no mundo inteiro a mais profunda emoção. Nenhuma outra conquista do gênio humano pode se equiparar a esse feito sensacional: pela primeira vez um engenho produzido pelo homem escapa à atração terrestre e desvenda os segredos, até então inviolados, do espaço cósmico. Não pode haver mais dúvida de que nos encontramos no limiar de uma nova era, quando também os planetas estarão ao nosso alcance.

É esse extraordinário triunfo da ciência fez com que se voltassem, mais uma vez, para a URSS e os sábios soviéticos, a admiração e o respeito de toda a humanidade. Cabe, com efeito, ao grande país do socialismo uma primazia que constitui legítimo e indiscutível motivo de orgulho. A União Soviética, que havia abalado o mundo ao lançar os «sputniks», reafirma e consolida a sua posição na vanguarda da ciência universal. Não é apenas a opinião pública que o reconhece e proclama. Em suas mensagens aos cientistas da URSS, o presidente Eisenhower e o primeiro ministro inglês Mac Millan congratulam-se efusivamente com o povo soviético pelo triunfal lançamento do «Lunik».

É constrangedor verificar-se, em instantes como esse, a situação humilhante e vergonhosa a que é levado o nosso país em face da comunidade mundial. O foguete cósmico soviético gira em torno do Sol, a milhões de quilômetros da terra, anuncia-se o início da era cósmica e das viagens interplanetárias, mas para o governo do Brasil é como se nada ocorresse de novo. Chega a ser de um ridículo inconcebível: o Brasil não reconhece oficialmente a existência da União Soviética, precisamente aquele país que está abrindo para toda a humanidade os luminosos caminhos do futuro. E quando os povos e governos de países como a Inglaterra e os Estados Unidos saudam os grandiosos feitos da ciência soviética, o que vemos é prevalecerem no seio do governo brasileiro, em relação à URSS, os preconceitos e as picuinhas forjados por D. Jaime Câmara ou o coronel Danilo Nunes.

leiro, em relação à URSS, os preconceitos e as picuinhas forjados por D. Jaime Câmara ou o coronel Danilo Nunes.

SEMELHANTE orientação obscurantista nada tem a ver com os sentimentos e os desejos do nosso povo. O imediato reconhecimento da União Soviética e demais países socialistas é, já há muito, uma exigência de toda a nação — dos seus trabalhadores, dos seus intelectuais, da sua juventude, dos seus industriais e comerciantes. Os que ainda ousam se levantar contra essa aspiração são vozes isoladas, que só encontram ressonância nos setores mais retrógrados e antinacionais do governo. Não é admissível que continue por mais tempo essa situação. O ridículo a que estamos sendo arrastados perante as nações civilizadas passa já a constituir uma verdadeira afronta ao povo brasileiro — aos seus interesses, aos seus sentimentos patrióticos e à sua própria inteligência.

O sr. Juscelino Kubitschek procura sempre justificar e defender a sua política exterior alegando que o Brasil está integrado na chamada civilização ocidental. Mas, integrado ao lado de quem? De países como os Estados Unidos e a Inglaterra que, sendo os líderes do mundo capitalista, mantêm relações com a URSS e se rejubilam pelos seus êxitos, ou de países como a Espanha de Franco, Portugal de Salazar, ou o Paraguai de Stroessner, ditaduras sanguinárias que, movidas pelo ódio à democracia, à paz e à cultura, desconhecem a existência das nações socialistas?

A obstinação do governo brasileiro em não restabelecer relações normais com a URSS já não aponta apenas contra os nossos interesses econômicos e a causa da coexistência pacífica. É, além do mais, uma atitude de tamanho obscurantismo que coloca o Brasil numa posição de vergonha e ridícula no cenário mundial dos povos. Chegou, portanto, o momento de não ser possível mais aos brasileiros tolerar essa humilhante situação.

ODIOSA E DESUMANA ATITUDE DO GOVERNO NA QUESTÃO DO ABONO

A atitude do governo, pretendendo excluir do abono de 30%, cerca de 500 mil trabalhadores marítimos, ferroviários, portuários e previdenciários, além de injusta, chega a ser odiosa e desumana. Se o funcionalismo em geral necessita de abono, que muito justamente lhe é concedido, se a necessidade de elevar o salário dos trabalhadores é reconhecida pelo próprio governo, através da revisão em caráter excepcional dos níveis do salário mínimo, — como admitir-se que meio milhão de funcionários autárquicos, cuja imensa maioria recebe exatamente a mais baixa remuneração, venham a constituir uma exceção e sejam condenados a viver com os salários antigos, já há muito superados e com um poder de compra sempre mais reduzido, ante a elevação dos preços que prossegue, apesar do congelamento.

Não procede, de forma alguma, o argumento de que as autarquias, a Rede Ferroviária Federal e a União não dispõem de recursos para fazer face às despesas decorrentes do abono. As autarquias previdenciárias, por exemplo, apresentam déficits principalmente porque a União lhes deve mais de 40 bilhões de cruzeiros. Estão ao alcance do governo os meios necessários a que sejam obtidos os recursos que o aumento de despesa venha

a exigir. Cabe ao governo utilizar-se desses meios. Para outros diversos fins, aliás, tem sabido o sr. Juscelino Kubitschek encontrar o caminho capaz de lhe fornecer os milhões de que tem necessidade. E também para esse aspecto do problema soluções já foram indicadas pelo funcionalismo e pelos dirigentes operários. O inadmissível é que quinzentas mil famílias de trabalhadores brasileiros sejam mantidas em situação de excepcional injustiça, obrigadas a suportar ainda mais duramente as consequências da carestia da vida.

Os marítimos, portuários, ferroviários e previdenciários estão firmemente dispostos a conquistar o abono de 30%. Seu espírito de luta e sua decisão de recorrer à

greve, caso a medida lhes seja negada, têm sido soberbamente demonstrados, não só na grandiosa assembleia que lotou completamente as dependências do IAPM, no Distrito Federal, como nas repetidas concentrações na Câmara dos Deputados. E não há dúvida de que sua luta merece a solidariedade e o apoio de todos os trabalhadores e mesmo do conjunto da população.

O Vaticano e o Itamarati

Depois de não ter sido convidado pela Secretaria de Estado do Vaticano, para o beija-mão de fim de ano, os embaixadores dos «governos livres» da Polônia e da Lituânia, não tiveram renovadas suas credenciais como representantes diplomáticos junto à Santa Sé. Em outras palavras: não mais existem para o Vaticano aqueles «governos».

A última Lista Diplomática do Itamarati continua a mencionar uma representação diplomática da Lituânia, ignorando o fato de que há quase vinte anos a Lituânia faz parte da União Soviética, como uma das suas repúblicas federadas.

Isto não é apenas ridículo.

O CANTO DA SEREIA

Grande sensação política logrou a Emenda Ferrari. Com surpresa para seu próprio partido, o ardoroso líder resolveu iniciar uma campanha de salvação nacional reduzindo proventos de inativos civis e militares.

O sr. Ferrari, em sua declaração de guerra aos marechais de pijama, guerra, cujas sobras atingiriam também os sargentos, marítimos, ferroviários e portuários, adotou palavras de ordem de moralismo bastante semelhantes às fórmulas do vocabulário demagógico dos udenistas.

A atitude do sr. Ferrari foi recebida entre aplausos e cantos de sereia, em certos setores reacionários. Chegou a ser anunciado em letra de fôrma um «próximo encontro ideológico» do líder do PTB com Lacerda. Lacerda, em discurso, não regateou encômios à iniciativa do sr. Ferrari; observou um jornal.

Ergueu-se ao mesmo tempo, uma onda de protestos contra a emenda do representante riograndense pela massa de pessoas atingidas, em sua quase totalidade pertencentes à categoria dos Barnabés.

Quanto tempo levará o autor da emenda para compreender que se está sendo elogiado pelo inimigo é porque deve ter cometido um erro político?



O PRESIDENTE MAO TSE-TUNG VISITA AS ÁREAS RURAIS — Recentemente, o Presidente Mao Tse-Tung realizou uma «tourné» de inspeção a várias Províncias rurais. Em Hopei visitou os Distritos de Ankuo e Tienghien. Na foto entre técnicos agrônomos, Mao Tse-Tung inspeciona um algodão no Distrito de Ankuo.

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

A sexta sessão legislativa extraordinária, da terceira legislatura, instalou-se no Palácio Tiradentes e nessa ocasião o senador Apolônio Sales, presidindo o ato, que não teve nenhuma solenidade, fez um discurso.

Depois de cinco dias de inatividade entre uma convocação e outra, voltava a trabalhar o Congresso.

Que disse em seu discurso o sr. Apolônio? O representante de Pernambuco não é um bom orador. Entre outras qualidades tribuniciais falta-lhe um mínimo de imponência. Seu aspecto exterior é de humildade, a humildade dos feios que não se rebelam contra a natureza iníqua e que não reagem, como o fazia, por exemplo, o sr. Nereu Ramos.

Foi o tímido sr. Apolônio Sales defensivo em sua oração. Parecia dominado pelo desejo de justificar o fato de se reunir mais uma vez o Congresso, na presente legislatura, em sessão convocada por iniciativa dos próprios congressistas.

A título de explicação o sr. Apolônio Sales observou que a convocação se fazia «de acordo com o que é facultado por lei». E acrescentou: «Em que pesem as críticas e as interpretações menos lisonjeiras que acaso existam contra as reuniões extraordinárias do Congresso, não hesito em declarar que é um bem estejamos, nós legisladores, em nossa função pelo maior espaço de tempo possível», pois os Parlamentos não se limitam a elaborar leis, visto que no Congresso «as controvérsias políticas despem as características dos sussurros comprometedores, para se exporem ao julgamento e às sanções do mandato popular».

A NOVA CONVOCAÇÃO, OS ESCRÚPULOS DO SR. APOLÔNIO SALES E A TURMA DOS SENADORES PERPÉTUOS

É claro que o funcionamento do Legislativo brasileiro, com todos os seus altos e baixos, sempre tem apresentado um saldo favorável à democracia. O sr. Apolônio Sales nem precisaria pedir desculpas ao povo brasileiro, na qualidade de presidente do Congresso, pelo fato de estar dirigindo a instalação de um período extraordinário de trabalho da Câmara e do Senado. Mas além de pedir desculpas sem propósito, o senador pernambucano ainda houve por bem pintar a situação brasileira carregando excessivamente nas cores escuras. Acha ele que não estamos em tempos normais, que atravessamos uma hora difícil e que o País se encontra «a braços com problemas que não somente desafiam a competência dos mais atilados peritos em administração pública, mas que também exigem a compreensão retilínia, longe das deformações eleitorais da grande opinião popular».

É verdade que as «deformações eleitorais da grande opinião popular» derrotaram o sr. Apolônio no último pleito. O ex-ministro da Agricultura do Estado Novo, arrastado pela derrocada do etelvinismo, não conseguiu reeleger-se. Este fato, por si só, não deveria levá-lo a cometer exageros de pessimismo, ao analisar, perante o Congresso, a situação do Brasil, que não tem apenas aspectos negativos. Mas o sr. Apolônio parece estar descrente de tudo e de todos...

Já no período de convocação extraordinária que estamos vivendo reuniu-se, a duras penas, também no Palácio Tiradentes, a comissão incumbida de dar parecer sobre a Emenda Constitucional que cria uma espécie de Conselho de Estado, composto de antigos presidentes da República. Esses senho-

res passarão segundo a Emenda a figurar como pingentes do Senado. Serão senadores vitalícios, sem mandato popular.

No momento exato em que tanto se vem discutindo sobre proventos de inativos, a comissão aprovou parecer do sr. Gustavo Capanema, favorável à Emenda. É verdade que não reuniram propriamente os membros da Comissão, mas alguns deputados que o sr. Capanema, com habilidade, conseguiu arrebatar pela casa, a fim de que figurassem como suplentes, embora a Comissão também não tivesse suplentes regularmente designados.

Tudo legal. Assim, de acordo com a Emenda que o sr. Capanema acha ótima, o Tesouro vai pagar subsídios perpétuos ao sr. Wenceslau Braz, por ter residido no Catete ainda em tempos da primeira guerra mundial; ao general Dutra, por tudo que fez com a ajuda do professor Pereira Lira e de sua própria clarividência de estadista; ao sr. Café Filho, pelos belos passeios de helicóptero que deu e pelos almoços de jerimum e jabá que saboreou, de pijama e chinelo, entre cronistas políticos, no aristocrático Palácio das Laranjeiras; e ao inefável sr. Carlos Luz, o Suave Fariseu, pelos três dias que passou no Catete, confiado no prestígio golpista do coronel Mamede, enquanto o pequeno comediante Café se recolhia ao Hospital dos Servidores, atacado de enfado político.

Esses senhores, além de retrato nos compêndios de História do Brasil do curso primário, terão direito a voz e a voto. No momento em que um acesso de moralismo assaltava a Câmara durante a votação do abono aos servidores públicos, iniciava-se a tramitação da Emenda Constitucional que cria no Monroe o quadro extranumerário dos senadores perpétuos, sem mandato e com direito a vencimentos completos.

O ABONO TEM QUE SER PAGO AOS AUTÁRQUICOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

ALBERTO CARMO

Impossível imaginar-se que o governo Federal enviase ao Legislativo uma proposta de abono aos servidores civis e militares da União, condicionando o pagamento aos servidores autárquicos, aposentados e pensionistas às condições financeiras das respectivas instituições.

Nunca se acreditou que isto pudesse acontecer, pois a majoração do salário mínimo e o abono de 30% resultaram do aumento do custo de vida e não de um simples ato de liberalidade e prodigalidade do governo, que quis proporcionar a determinadas categorias de trabalhadores um melhor nível de vida. Em nenhum caso se relacionou essas concessões à situação econômico-financeira das empresas ou entidades atingidas. Portanto, não é de maneira alguma, justo que se queira estabelecer essa relação nos casos das autárquias.

A situação do governo federal do ponto de vista econômico-financeiro não é melhor (pelo contrário, é pior) do que a das Autárquias.

Apenas essa situação não aparece no Balanço da União, que não coloca no Passivo, como acontece com as Instituições de Seguro Social, a reserva representativa do valor atual dos compromissos assumidos, não sendo por isto comparáveis os balanços respectivos.

No Balanço da União não são computados os 40 bilhões de cruzeiros e os respectivos juros, devidos pela União às Instituições de Seguro Social.

A maior parte da situação difícil por que passam as autárquias é devido à ação negativa de dirigentes com a qual nada têm a ver os funcionários e muito menos os aposentados e pensionistas. Além das irregularidades ve-

rificadas em algumas dessas instituições, não foram tomadas as providências que há muitos anos os técnicos, em sucessivas pronunciações, têm reclamado e sugerido.

Por outro lado, apesar da situação difícil em que já se encontram as autárquias, foram feitas milhares de novas nomeações, com um aumento considerável de despesa, sem que houvesse a menor justificativa administrativa ou técnica.

Também além da gigantesca dívida da União, que já ultrapassa à casa dos quarenta bilhões de cruzeiros, a

dívida dos empregadores para com a previdência social ultrapassa os vinte bilhões de cruzeiros.

A aplicação dessas importâncias a um juro legal de 5% ao ano, permitiria às instituições de previdência social aumentarem não de 30% os vencimentos de seus funcionários e as mensalidades dos aposentados e pensionistas, mas de 100%, podendo ainda melhorar de muito os seus serviços para com os associados.

O número de associados inscritos no Instituto dos Industriários, por exemplo, em que pese o grande surto industrial por que vem passando o Brasil nestes últimos anos, vem diminuindo de ano para ano, mostrando claramente a fabulosa importância que vem sendo sonhada à esse Instituto.

Podemos ver pelo mensário estatístico desse Instituto, que o número de associados vem de 1954 a 1957, num decrescendo alarmante. São esses os números registrados nesse período:

Ano	Associados	Empregadores
1954	1.634.542	57.477
1955	1.513.972	39.039
1956	1.481.475	37.230
1957	1.300.884	34.232

Ve-se pelos dados acima, que apesar das novas fábricas instaladas recentemente no Brasil, e nenhuma delas é automatizada, o número de empresas industriais caiu em quase 5.000 de 1955 para 1957, e o número de associados caiu de 1.634.542 para 1.300.884, em menos de 4 anos, isto é, 334 mil associados a menos. Patente, bem patente a sonogação por parte dos empregadores, que seguem o exemplo do Governo Federal, com grandes e gravíssimos prejuízos para a previdência social.

E, finalmente, apesar das nomeações indevidas, a despesa do pessoal da previdência social nunca atingiu a 9% do realizado, isto é, do dinheiro que foi realmente recolhido aos seus cofres. E como a parte a realizar, relativa à dívida da União e dos Empregadores é gigantesca, pode-se ver claramente que a situação da previdência social é grave devido a essa sonogação.

Assim, não pode o governo fazer cortesia com o chapéu alheio. Se o abono tem que ser concedido, e diga-se, ainda é insuficiente, terá que ser a todos, principalmente porque a União é que é devedora das autárquias e não as autárquias devedoras da União. Se a União pagar seu débito, como poderá pagar o abono a seus funcionários?

Não se pode protelar por mais tempo a concessão desses insignificantes 30% a todos indistintamente, servidores da União, das autárquias, aposentados e pensionistas. Não há nenhuma razão plausível para que o pagamento não seja feito e já, a partir de 1º de janeiro.

NOTAS sobre LIVROS

* ASTRONILDO PEREIRA *

No gênero romance, o grande lançamento de 1958 foi Gabriela, Cravo e Canela, de Jorge Amado. O novo livro do feliz romancista alcançou extraordinário êxito de público e de crítica. É claro que o êxito de venda só por si não basta para caracterizar a excelência literária da obra; mas no caso presente, a opinião da crítica tem sido unânime em reconhecer em Gabriela, Cravo e Canela um dos melhores romances de Jorge Amado, e não julga mesmo quem o aponte como o melhor de todos.

Assim que apareceu o livro, alguns críticos e noticiários literários, não se contentando com opinar sobre os méritos próprios do romance, logo se alborotaram em proclamar que Jorge Amado renegava os "preceitos estéticos" do realismo socialista e voltava à sua antiga maneira. O preconceito anticomunista entrou em cena, proporcionando a tais críticos e noticiários a oportunidade de expender algumas opiniões supostamente "apolíticas", a pretexto de concepções "independentes" em matéria de arte e literatura. Resulta, porém, que ditas opiniões "estéticas", ao condenarem o realismo socialista o que pretendem é principalmente condenar o mundo socialista. São, afinal, opiniões de inspiração essencialmente política — e reacionária. O ódio daquilo que se arrogam.

Penso, também eu, que Jorge Amado em Gabriela, Cravo e Canela, voltou à boa maneira de Juhúba, de Terras do Sem Fim, de São Jorge dos Ilhéus. Mas essa é precisamente a correta maneira brasileira de praticar o método do realismo socialista, com base na observação de uma realidade social em desenvolvimento. Os Subterrâneos da Liberdade, se é obra até certo ponto malograda, não se deve isso a ter sido realizada segundo o método do realismo socialista, mas sim a uma esquemática e portanto, incorreta aplicação desse método.

Fique entendido que o que estou dizendo de Gabriela, Cravo e Canela é coisa limitada ao romance. Louvar o livro não significa louvar o autor sempre e sempre. Não me agrada nada algumas das opiniões e a atitude por ele sustentadas em m. z. de uma sessão — agora, por exemplo, a proposta do caso Pasternak. Mas passemos adiante.

Outro importante romance do ano foi o de Dalcídio Jurandir — Três Casas e Um Rio. Não teve o público que merece, e a crítica o tratou apenas desdenhosamente. Não direi que seja obra excepcional, mas realmente boa ela é, a melhor, sem dúvida, do autor. Faltou-lhe publicidade para as grandes vendagens.

Com Três Casas e Um Rio, firma-se o autor como o grande romancista brasileiro da sua região amazônica, criando uma obra cíclica de importância igual à de José Lins do Rego, em relação ao Nordeste ou à de Jorge Amado, em relação à Bahia. Nesta ficará registrada, em termos de romance, a vida social da região Marajó-Belem, em toda uma etapa do seu desenvolvimento histórico. Não é necessário muito esforço para se perceber o alto significado de uma obra dessa envergadura no conjunto da moderna literatura nacional.

Em Três Casas e Um Rio, o romancista explora o seu mundo com olho ardente de artista e constrói a sua história com mão de artesão já experimentado no ofício, elaborando adequadamente o riquíssimo material que soube acumular nos alforjes de memória. O senso do equilíbrio no aproveitamento desse material e sua transposição romanesca realizada com a necessária dosagem dramática, — e com isto é que se faz um romance, — permitiram ao romancista manter sem quebra, o novo interior, o ritmo e a densidade da narrativa. E aí reside o seu interesse imediato e o sergredo da sua provável permanência como obra de arte.

Há ainda no romance de Dalcídio Jurandir certo elemento que me parece essencial na sua realização: aquele que nos vai revelando, passo a passo, a secreta formação da consciência do menino Alfredo. O menino vive em cada página do livro a sua aventura de descobrimento do mundo, com alternativas de medo, de inquietação e de deslumbramento — justamente o drama humano de formação da consciência. Drama, convém salientar, que nada tem de metafísico nem sobrenatural, pois decorre do reflexo da realidade objetiva na mente do menino. Processo nitidamente materialista.

OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES

(CONCLUSÃO DA 9ª PAGINA)

Cordeiro de Farias, criaram sérias dificuldades à atividade política, patriótica e democrática dos comunistas pernambucanos. Dezenas de líderes populares foram obrigados a abandonar o Estado, perseguidos pela reação. Os vínculos dos comunistas com as massas organizadas se enfraqueceram assustadoramente, apesar da confiança, da admiração das massas pela abnegação e firmeza dos comunistas na luta pela democracia, o progresso e o bem-estar de nosso povo.

A dispersão da atividade eleitoral foi um outro fator de insucesso dos candidatos indicados pelos comunistas. Muitos ativistas trabalharam abertamente a favor de outros candidatos, sob os mais diversos pretextos. Uns, em virtude de compromissos anteriormente assumidos; outros, porque alegavam tratar-se também de candidatos nacionalistas e oposicionistas, pag.

A EXPANSÃO DOS GRANDES BANCOS MINEIROS

Com este artigo pretendemos apenas fornecer alguns dados sobre os bancos mineiros.

No fim do século passado (1.889), atendendo às exigências do crescimento industrial, surgiu em Juiz de Fora o Banco de Crédito Real. Antes da primeira guerra mundial (1911) instalou-se o Banco Hipotecário e Agrícola, ligado ao capital europeu e à indústria açucareira. Em época de maior expansão comercial (1923), funda-se o Banco Comércio e Indústria, vinculado ao setor siderúrgico e têxtil e associado também ao capital europeu que assumiu o controle da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira. Em 1925 inaugura-se o Banco da Lavoura, hoje poderoso instituto de crédito,

Elson COSTA

(Para VOZ OPERÁRIA)

com 260 agências em todo o país e doze bilhões de cruzeiros de depósitos. Em 1934, foi criado o Banco Mineiro do Café, transformado depois em Banco Mineiro da Produção. O Banco Nacional de Minas Gerais (Magalhães Pinto) é dos mais novos (1944); em rápida ascensão atingiu este ano a elevada soma de nove bilhões de cruzeiros em depósitos, com apenas 518 milhões de capital e reservas.

Hoje, a rede bancária mineira em crescente expansão por todo o país, conta com 500 agências em todos os Estados, enquanto os bancos (CONCLUI NA PAG. 11)

OS VERDADEIROS AUTORES DO PLANO LUCAS LOPES

VIDA ECONÔMICA

QUANDO o sr. Lucas Lopes apresentou, em outubro passado, o seu Plano de Estabilização Monetária, houve, em alguns círculos, a impressão de que se tratava de trabalho original, fruto da imaginação nativa. Calorosos elogios foram dirigidos ao ministro, à sua «competente» equipe de economistas, e, em especial, está claro, ao sr. Roberto Campos, tido e havido como mentor espiritual do ministro. A imprensa patriótica, entretanto, não se deixou enganar e denunciou o sentido antinacional do Plano, o seu objetivo de proteger os interesses do capital norte-americano em nosso país.

ES, porém, que, na França, pouco depois, o general De Gaulle anuncia e põe imediatamente em prática — porque para isto já tem poderes — uma série de medidas de extraordinária semelhança com aquelas preconizadas pelo Plano do sr. Lucas Lopes: desvalorização do franco para incrementar as exportações, liberalismo cambial, aumento de impostos indiretos, abolição das subvenções estatais que sustentam os preços de certos artigos de consumo popular e dos serviços públicos, cortes no orçamento à custa do funcionalismo, sobretudo à custa dos inativos, congelamento de salários, com a proibição do salário móvel, etc. Todo este programa de «austeridade», que agravará os sacrifícios das massas, em nome da «estabilização», da «futura prosperidade» da França...

QUASE ao mesmo tempo, com a diferença de dias apenas, o presidente Frondizi anunciava e punha em vigor a edição argentina da «estabilização monetária». A sua semelhança com o Plano brasileiro é ainda maior, dado é claro a maior analogia entre as condições dos dois países sul-americanos. A reforma cambial, tão ambicionada pelos entreguistas nativos, já se encontra em vigor na Argentina, com o estabelecimento da taxa única e da completa liberação do câmbio, o que resulta em desvalorização do peso. O objetivo é o mesmo proclamado pelo ministro Lucas Lopes: todas as vantagens para a exportação a preços chamados «competitivos», ou seja, a preços baixos. Os argentinos comerão menos carne, mas esta será vendida a preços mais baixos no mercado externo e garantirá as divisas para os

amortizações e remessas de rendimentos do capital estrangeiro. Ainda mais agora que os trusts de petróleo norte-americanos vão fazer vultosas inversões no país vizinho. Quanto ao restante, o presidente Frondizi segue à risca o esquema do Plano, que o governo brasileiro teve o «privilegio» de apresentar em primeira mão.

MAS será que De Gaulle e Frondizi plagiaram Kubitschek? Será que, mais uma vez, o mundo se curvou diante do Brasil?

TRATA-SE, na verdade, de um segredo de polichinelo. JK e o seu ministro da Fazenda não podem reclamar direitos autorais, como também não o podem fazer o ditador gaulês e o decepcionante primeiro magistrado de nossa irmã Argentina. Os autênticos autores de tudo se encontram no Fundo Monetário Internacional, que não move palha senão para aplicar a política dos monopólios dos Estados Unidos. A reforma francesa foi previamente articulada no Fundo e logo depois de anunciada recebeu a garantia preliminar de 100 milhões de dólares de bancos privados norte-americanos, inclusive do Chase Bank, centro financeiro do Grupo Rockefeller. Quanto à reforma argentina, consumada após a entrega do petróleo, foi garantida com o empréstimo de 329 milhões de dólares, que serão desembolsados pelo Fundo Monetário, Eximbank, bancos privados ianques e — o que é excepcional — pelo próprio Tesouro dos Estados Unidos!

Aí está, pois, a que preço são concedidos os créditos norte-americanos. Ao preço da entrega de riqueza nacional e da submissão da política econômica a interesses alienígenas. Se a decantada operação Pan-Americana fosse «bem sucedida», este seria o seu «êxito»: aliviar a crise cambial tornando a economia brasileira ainda mais dependente e explorada.

O governo de JK havia obtido cerca de 200 milhões de dólares nos Estados Unidos antes de lançar o Plano de Estabilização. Mas o governo precisa de muito mais e ainda há pouco o sr. Lucas Lopes esteve nos States de chapéu na mão. A questão é que a situação no Brasil é diferente daquela que existe na França e também na Argentina. A «estabilização» foi inicialmente bombardeada pelo movimento de massas, obrigando o governo a diversos recuos (congelamento de preços, aumento de salários e vencimentos, etc.). Mas JK e Lucas Lopes insistem em aplicar o Plano do Fundo Monetário Internacional. Já conseguiram os aumentos de impostos que pleiteavam. Estão apertando o crédito para a indústria. Marcham para a reforma cambial. E preciso detê-los.

SALÁRIO MÍNIMO DEVE SER PAGO A PARTIR DE JANEIRO

Os patrões ameaçam desrespeitar o decreto presidencial — Os trabalhadores decidem: comissão a JK e assembléia permanente dos sindicatos

Além das injustiças que estão sofrendo quanto ao critério com que foram fixados os novos níveis de salário mínimo, os trabalhadores brasileiros estão enfrentando a resistência de setores do patronato em iniciar o seu pagamento a partir de janeiro. O decreto presidencial estabelece que a medida entra em vigor a partir de janeiro. Os empregadores, no entanto, desde o início passaram a invocar o artigo 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, segundo o qual o novo salário mínimo somente entraria em vigor sessenta dias após a sua publicação oficial, isso não obstante o Supremo Tribunal já ter se manifestado em 1956 pela não aplicação desse dispositivo da lei quando se trata da revisão em caráter excepcional.

Após os jornais terem publicado apelos do Ministro do Trabalho aos empregadores, no sentido de que não opusessem obstáculos ao cumprimento do decreto quanto à vigência a partir de janeiro, os patrões, através das Confederações nacionais da Indústria, Comércio, dos Transportes Terrestres, Rural Brasileira e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, vieram a público

com uma declaração vazada numa linguagem dúbia, na qual dizem "admitir a contingência da revisão salarial decretada para, no tocante à vigência da medida, se abster de qualquer recurso à Justiça".

A primeira vista parece que os empregadores atenderam ao apelo, os jornais assim passaram a anunciá-lo. Mesmo o Ministro manifestou-se dizendo não ter palavras para elogiar os patrões.

No entanto, os trabalhadores não podem estar satisfeitos, pois na mesma declaração as referidas entidades reconhecem "a cada empresa a faculdade de pagar, desde logo, a remuneração fixada, se assim o permitirem as respectivas possibilidades." O que vale aconselhar aos em-

pregadores que não paguem, uma vez que nesses momentos ninguém se julga com "possibilidades". Confirmando o que dizemos, logo após foi publicada nota da Federação das Indústrias do Distrito Federal e do Centro Industrial do Rio de Janeiro, afirmando que somente pagarão o novo salário a partir do dia 25 de fevereiro.

TOMA POSIÇÃO A C.N.T.I.

Diante da manifesta disposição dos empregadores de não cumprirem o decreto do salário mínimo quanto à data da sua vigência, o Conselho Consultivo da C.N.T.I. reuniu-se, e entre outras medidas, resolveu que os dirigentes sindicais voltarão ao Presidente da República para solicitar a adoção de medidas que garantam a vigência dos novos níveis salariais a partir de 1º de janeiro. Ao mesmo tempo os sindicatos deverão entrar em regime de assembléia permanente, a fim de discutir o assunto, levando em conta que, em última análise, o que decidirá a questão será a luta dos trabalhadores, tendo à frente as suas entidades de classe.

CONFRATERNIZAÇÃO REPUDIADA

O Conselho Consultivo da C.N.T.I. resolveu ainda dirigir-se a todos os dirigentes sindicais e demais trabalhadores para que não compareçam ao almôço de "confraternização", hoje oferecido pela Federação das Indústrias do Distrito Federal. Essa entidade patronal e suas congêneres, em seus comunicados, falam muito em "paz social" e em "harmonia entre empregados e empregadores", mas as suas ações não contribuem para isso. A confraternização que os trabalhadores querem é em torno da defesa dos interesses nacionais e do atendimento das suas justas reivindicações, e não em torno de belas palavras e de almôços que lhes são oferecidos às suas próprias custas e contra os seus interesses.

Cel. Danilo: Quem Manda é a Light

Cerca de oito mil homens da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Municipal armados de metralhadoras, casaca-têtes e bombas de gás, espalharam-se pela cidade, desde os primeiros minutos do dia 5. O Rio despertou, nesse dia, como se fosse teatro de uma verdadeira operação de guerra. Rádio, teletipos, telefones e outros meios de transmissão foram também mobilizados. Todo esse enorme aparato destinava-se, segundo

nota oficial, a «garantir o livre tráfego dos bondes e reprimir qualquer tentativa de perturbação da ordem pública». Com empáfia, anunciava o coronel Danilo Nunes estar a polícia em condições de exercer uma «ação fulminante em qualquer ponto onde se manifestassem focos de agitação». Para esse fim, oito mil homens da Polícia deviam manter-se em estreita ligação com tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Poder-se-ia imaginar que toda essa demonstração de força tivesse por objetivo assegurar o congelamento de preços ou garantir a população o abastecimento de gêneros aos consumidores. O que se dava, no entanto, era exatamente o oposto: o plano de prevenção da ordem via-se garantir à Light o novo assalto contra a bolsa dos cariocas, isto é, o aumento para 3 cruzeiros nas tarifas dos bondes. O inimigo a ser atacado pelas hostes sob o comando do coronel Danilo era o povo. Os oito mil homens da polícia e os oitenta mil homens, mantidos sob reserva, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica estavam a postos para permitir que a Light aumente as suas remessas de lucro para o estrangeiro, tornando um cruzeiro a mais em cada passagem.

significando que os trabalhadores e o povo se dispuseram a apoiar por corresponder aos seus interesses. Mal se inicia o ano, entretanto, e ainda os patrões não começaram a pagar o novo salário mínimo, já a corrida dos preços assume proporções impressionantes, além de se verificar nos armazéns a falta de numerosos gêneros, em virtude da especulação. E, como se não bastasse, está presente de Ano-Novo o aumento para 3 cruzeiros nas passagens dos bondes.

Nada pode levar o governo a imaginar que o povo brasileiro se mantenha passivo diante dessa desastrosa política que conduz a agravar sempre os sacrifícios das massas e a aumentar os lucros de uma minoria privilegiada, particularmente de trustes como a Light. A firmeza com que os trabalhadores levam diante a sua luta salarial indica precisamente que eles sabem se opor, juntamente com todo o povo, às capitulações do governo em face dos seus exploradores.

A MAIOR DE TODAS AS REALIZAÇÕES.

(Conclusão da Pág. Central) os cientistas soviéticos teriam podido fazer gravitar seu foguete em torno da Lua se o tivessem desejado.

NOS ESTADOS UNIDOS

Também nos Estados Unidos, país que está em emulação com a URSS na conquista dos espaços cósmicos, o feito da ciência soviética alcançou grande repercussão. Nos meios científicos de Washington considera-se que o empreendimento terá provado não somente a eficiência do foguete propulsor utilizado, mas também a excelente qualidade do sistema de direção do foguete soviético.

O famoso cientista Werner von Braun, inventor das célebres bombas V-1 e V-2, com que Hitler tão cruelmente atingiu a Inglaterra e que foi levado para os Estados Unidos após o fim da última guerra, teve uma série de considerações em torno do foguete soviético e das malogradas tentativas norte-americanas no mesmo sentido. Consoante os cientistas americanos, o êxito alcançado pelos seus colegas soviéticos vem demonstrar, uma vez mais, que o tamanho dos compartimentos — e portanto a potência dos foguetes

utilizados na partida — continua, nas condições atuais, a ser uma condição essencial para o êxito das tentativas de exploração sideral. Com efeito, grandes compartimentos tornam possível a instalação de aparelhos graças aos quais dota-se o foguete de um sistema de direção interna, muito mais eficaz e aperfeiçoado do que a direção mediante um sistema de rotação.

A OPINIÃO

DE JOHN COCKROFT
Numa entrevista concedida à BBC, de Londres, o professor sir John Cockcroft, um dos mais eminentes físicos atômicos de todo o mundo e que recentemente esteve em visita à URSS, a convite de seus colegas soviéticos, declarou que, em face do êxito agora obtido, os sábios soviéticos voltarão suas vistas para os planetas mais próximos da Terra. Afirmou, ainda, que não teria nenhum valor o desembarque de um homem na Lua, acrescentando que isto já é possível e que a dificuldade reside na volta à Terra. Manifestou, ainda, sua impressão de que não tem a menor dúvida quanto ao fato de que na URSS foi dada a máxima prioridade aos foguetes e tudo indica não haver escassez de recursos materiais para o ulterior aperfeiçoamento desses engenhos.

FELICITAÇÕES DE EISENHOWER E MAC MILLAN

A extraordinária façanha dos homens de ciência soviéticos mereceu, ademais, felicitações do presidente Eisenhower e do primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Mac Millan. Em mensagem divulgada pela Casa Branca, diz notadamente o presidente Eisenhower: "O lançamento com êxito, tal qual foi anunciado pelos soviéticos, de um projétil que deve passar nas proximidades da Lua, representa um grande passo à frente nas pesquisas humanas sobre os confins infinitos do espaço. O mérito desse êxito cabe aos cientistas e engenheiros que o realizaram e nós os felicitamos por tal feito".

deixa e
DIVULGUE
VOZ
OPERÁRIA

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE PARTIDOS COMUNISTAS DA AMÉRICA LATINA

Foi dada à publicidade nos diversos países da América Latina uma declaração política conjunta assinada por representantes dos Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Cuba, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, reunidos em Santiago do Chile por motivo da realização do XI Congresso do Partido Comunista do Chile.

A declaração expressa que em diferentes países da América Latina, graças à atividade da classe operária e de outros setores progressistas, foi restabelecida ou se acha em restabelecimento a legalidade democrática. Os Partidos Comunistas assinalam esse fato com natural satisfação.

Assinala a declaração que esse processo de democratização reveste particular importância, agora, para a luta pela libertação nacional, pelo progresso social e pela paz no mundo. Precisamente por isso, os imperialistas e seus agentes tentam paralisar esse processo: apoiam com todas as forças os governos terroristas; dificultam a ação dos governos constitucionais; mantêm e fomentam a instabilidade do poder constitucional em diferentes países; tramam golpes de Estado; tentam levar à prática intervenções criminosas, como ocorreu na Guatemala, e instigam novas perseguições dirigidas contra a classe operária e os mais firmes patriotas. Nessas condições adquire decisiva significação a solidariedade internacional e latino-americana, assim como se torna mais necessária do que nunca a mobilização das forças democráticas e progressistas de cada país, voltada contra esses planos e em apoio à luta dos latino-americanos pela democracia, a independência e a paz.

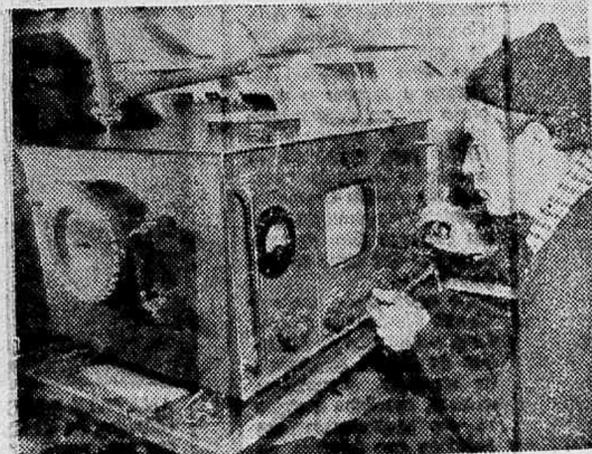
Os representantes dos Partidos Comunistas — diz a declaração — saudam calorosamente o crescimento da aspiração à paz em nossos países e o incremento das relações diplomáticas, culturais e comerciais com os países socialistas — o que representa um apoio necessário e efetivo à causa do fortalecimento da independência nacional, do progresso e do bem-estar de nossos povos. Compreendendo que a manutenção da paz está intimamente ligada à luta pela independência nacional, os Partidos Comunistas apoiam a recusa de seus povos à cessação de bases militares, à conclusão de pactos regionais e à alienação das riquezas nacionais.

Os Partidos Comunistas da América Latina reclamam a interdição das armas atômicas, a proibição definitiva das experiências atômicas e um acordo geral sobre o desarmamento. Condenam as provocações militares no Oriente Médio e no Extremo-Oriente, manifestam a ativa solidariedade dos povos do hemisfério ocidental à luta de libertação da Argélia e outros países, que se batem por sua independência, e advertem os trabalhadores, os jovens e todos os patriotas latino-americanos contra as provocações e o chovinismo que o imperialismo estimula com o fim de fomentar conflitos entre os países latino-americanos.

Os representantes dos Partidos Comunistas que subscrevem esse documento repõem a ofensiva do capital monopolista norte-americano visando obter novas concessões de petróleo e outras fontes de matéria-prima na América Latina. Destacam e saudam as amplas ações em defesa das riquezas e da soberania nacional levadas a cabo pelos trabalhadores e os povos da América Latina, especialmente na Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela, e dirigem ardentes apelos à unidade e à combatividade da classe operária e de todos os patriotas a fim de levar à derrota os imperialistas e pôr fim à pilhagem de suas riquezas nacionais.

Os Partidos Comunistas repudiam também a ofensiva reacionária no terreno da educação e da cultura nacional.

Os povos da América Latina encontram inspiração nas conquistas alcançadas pelo socialismo, nas forças que defendem a paz e a independência, e saudam os grandiosos objetivos que têm em mira a União Soviética, a República Popular da China e demais países do socialismo relativos à sua histórica tarefa de ultrapassar o capitalismo em todos os terrenos e assegurar a paz.



SUBMARINO-LABORATÓRIO PESQUISA O FUNDO DOS MARES — Um grupo de cientistas soviéticos realizam neste momento um cruzeiro de pesquisas à bordo de um submarino equipado com o mais moderno instrumental destinado ao estudo dos terrenos submarinos e de sua formação mineralógica. Na foto, Oleg Sokolov, um dos cientistas da expedição, diante de suas câmeras de TV.

POLÍTICA UNITÁRIA PARA RESGATAR O PETRÓLEO VENEZUELANO

OS COMUNISTAS DA VENEZUELA PRORROEM UMA POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO GRADUAL DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO

A exploração do petróleo da Venezuela, que teve início por volta de 1920, determinou profundas modificações na economia do país. A renda nacional da Venezuela que era de 1.700 milhões de bolívares em 1936, subiu em 1956 para 15.541 milhões. A população, que em 1926 era constituída por 15% urbana e 85% rural, em 1950, passou a 52% urbana e 48% rural. A Venezuela, que até 1920 tinha um pequeno desenvolvimento e era um país eminentemente agrícola, transformou radicalmente sua estrutura econômica sob o impacto da indústria petrolífera.

Não obstante as imensas riquezas extraídas do subsolo venezuelano, a situação do país, principalmente depois dos anos da ditadura de Pérez Jiménez, é a pior possível, chegando ao extremo de ter de importar dos Estados Unidos hortaliças congeladas e ovos de galinha.

POR QUE A VENEZUELA CONTINUA UM PAÍS ATRASADO?

As inversões petrolíferas na Venezuela converteram-na em uma dependência quase colonial dos grandes trustes do petróleo. Duas grandes companhias, a Creole (Standard Oil) e a Shell (Royal Dutch) dominam a indústria de exploração do petróleo. As grandes inversões, de origem predominantemente norte-americana, atingem a soma de 15.000 milhões de bolívares. As empresas petrolíferas, apesar de explorarem exaustivamente o óleo venezuelano, têm restringido as possibilidades de ampliar a reprodução do capital nacional, porque grande parte da riqueza criada no país é drenada para o exterior, através das remessas de lucros.

O imenso poderio econômico das empresas estrangeiras que exploram o petróleo determinam uma descarada e vergonhosa intervenção por parte das mesmas nos assuntos internos da Venezuela, fato observado desde a época de Gómez até a cruel ditadura pró-imperialista de Pérez Jiménez. Um exemplo típico dessa intervenção foi a participação aberta do Coronel Adams, atido militar da embaixada dos Estados Unidos em Caracas, nos acontecimentos que culminaram com a derrubada do governo constitucional presidido por Dom Rómulo Gallegos.

Outros dados ilustram a dependência da Venezuela à economia petrolífera, ou, falando mais claro, aos grupos estrangeiros que exploram seu subsolo. Vejamos. Em 1957, as exportações de petróleo constituiriam 94,9% do total das exportações do país e 58% das divisas utilizadas para compras no exterior eram constituídas de dólares petrolíferos. As companhias norte-americanas exploram mais de 70% do petróleo venezuelano.

Ao lado da dependência aos grupos estrangeiros existe um outro fator que concorre decisivamente para que a Venezuela não aproveite a exploração do seu petróleo em benefício do conjunto da nação. Referimo-nos ao esbanjamento das rendas provenientes do petróleo. Essas rendas, em grande porcentagem, vêm sendo gastas na aquisição de artigos de luxo ou de consumo suntuário.

Não resta a menor dúvida que esse malbarato foi imposto pela burguesia monopolista norte-americana. Esta imposição se manifesta em instrumentos legais de exploração como o Tratado comercial lanque-venezuelano, ou através da proteção que o Departamento de Estado

sempre deu aos governos ditatoriais antinacionais, governos que deram fora de legalidade a entrega da Venezuela aos Rockefeller e a outros monopolistas norte-americanos.

Basta ver os lucros das companhias estrangeiras para compreender a quem beneficia o trabalho e as riquezas do povo da Venezuela. Os lucros declarados da indústria petrolífera estrangeira atingiram, em 1957, a fabulosa soma de 2.765 milhões de bolívares, que representa 33% do capital invertido. A produção de petróleo alcança níveis incríveis, acentuando a exploração da Venezuela e dos venezuelanos. Em 1921, as companhias produziam um milhão e meio de barris; em 1928 já superavam os cem milhões e em 1957 a cifra ultrapassou a casa de 1 bilhão de barris.

Al estão sumariamente concatenados, os dados que ajudam a compreender a razão de a Venezuela pouco se desenvolver, apesar de produzir anualmente mais de um bilhão de barris de petróleo.

O PETRÓLEO E OS TRABALHADORES

A indústria petrolífera venezuelana utiliza hoje muito menos trabalhadores do que no passado. Em 1948, as empresas utilizavam 61.000 trabalhadores, enquanto em 1957 empregavam apenas 45.000. Isto significa que em 1948, eram necessários mais de 60 mil trabalhadores para produzir cerca de 500 milhões de barris de petróleo, enquanto em 1957 foram empregados 45.000 para produzir um bilhão e 14 milhões! Deve-se esclarecer que essa diminuição da mão-de-obra não é fruto apenas de aumento da técnica empregada na indústria extrativa, e obedece antes à busca de maiores lucros, o que é conseguido com o aumento da exploração do trabalhador nativo.

É NECESSÁRIO MUDAR A POLÍTICA

Em face à situação existente, surgiu na Venezuela a consciência de que é necessário introduzir modificações fundamentais na direção econômica do país.

Os comunistas venezuelanos têm realizado um grande esforço para unir as forças nacionais em torno da política petrolífera que consideram a melhor na atual condição do país. O objetivo fundamental dessa política é conseguir o resgate progressivo da riqueza petrolífera e outros recursos naturais das mãos do capital monopolista norte-americano. Os comunistas são partidários apenas daquelas palavras de ordem que pos-

sam ser levadas à prática. Nesse sentido, têm opinião muito clara acerca da nacionalização do petróleo. Afirmam:

«O petróleo existente no subsolo venezuelano pertence ao Estado venezuelano. Pode-se, nesse sentido, dizer que já está nacionalizado. Para sua exploração foram outorgadas grandes concessões a grupos anglo-saxões. O que atualmente temos que fazer é nacionalizar a exploração do petróleo, conseguir que a Nação venezuelana explore e desfrute seu próprio petróleo. É duvidoso que existam venezuelanos que se pronunciem contra este objetivo. A questão reside em como chegar a realizá-lo. Concebemos assim a nacionalização como um processo gradual e multifacético ligado ao desenvolvimento ascendente do movimento democrático e popular na Venezuela, na América Latina e no resto do mundo. Trata-se pois de um processo gradual de recuperação que pode iniciar-se hoje com a formulação de um programa mínimo petrolífero de unidade que compreenda os seguintes pontos fundamentais:

- 1) Revisão das relações do Estado com as companhias petrolíferas.
- 2) Iniciação da atividade industrial petrolífera do Estado e dos particulares venezuelanos.

Em relação ao primeiro aspecto — revisão de nossas relações com as empresas estrangeiras — somos partidários conscientes de que chegou o momento de introduzir modificações visando assegurar para a Venezuela a maior participação em suas riquezas naturais. Não pensamos conquistar tais modificações através de meios violentos. Acreditamos que existem outras maneiras, já experimentadas em ocasiões diferentes que deram resultados satisfatórios. Sabemos o que sucedeu em 1943 com a reforma petrolífera de Medina. Que objetivo se tinha então? Conseguir uma renda maior proveniente do petróleo; eliminar as disparidades que existiam entre diferentes companhias em virtude das diferentes leis que regiam a um ou outro contrato; e assegurar uma porcentagem de refinação maior na Venezuela.

Posteriormente o governo da Ação Democrática introduziu o imposto adicional na Lei do Imposto Sobre a Renda, instaurando-se assim a chamada fórmula de «fifty-fifty» ou seja, assegurar 50% das utilidades líquidas para a Nação venezuelana. Tudo isso foi possível conseguir sem coação social, porque em torno dessas exigências uniu-se a Nação venezuelana. As companhias petrolíferas não podiam, sob pena de precipitar medidas mais radicais, enfrentar o poderoso movimento de opinião que então se formou.

A fórmula venezuelana do «fifty-fifty» ganhou fama e adeptos em todo o mundo. Mas desde então — continuam os comunistas venezuelanos — deram-se profundas modificações na arena internacional. Nesse interim, os países do Oriente Médio que marchavam atrás da Venezuela em sua legislação petrolífera conquistaram novas reivindicações, deixaram-na em con-

dições de inferioridade. Surgiu a fórmula dos 75%, que já é aceita até mesmo por empresas norte-americanas.

Nessas condições — concluem os comunistas venezuelanos — surgiram condições internacionais e nacionais, principalmente estas, com a queda da ditadura apoiada pelos monopólios petrolíferos, que favorecem as modificações que devem ser introduzidas na política petrolífera da Venezuela.

UMA POLÍTICA PETROLÍFERA DE UNIDADE NACIONAL

Para terminar, daremos os principais pontos formulados pelos comunistas para uma política unitária em relação à questão petrolífera, que constitui, de resto, um programa democrático para a independência econômica da Venezuela.

- Os pontos são os seguintes:
- 1) criação de uma empresa petrolífera nacional dedicada fundamentalmente à exploração e negócio com o petróleo cru e que seria a base, junto com a Petroquímica para uma empresa nacional integrada;
 - 2) aumento da participação fiscal até 75% das utilidades das empresas;
 - 3) criação de uma frota nacional de petroleiros;
 - 4) não outorgar novas concessões;
 - 5) revisão das concessões petrolíferas outorgadas pela ditadura;
 - 6) monopólio estatal

DICIONÁRIO

SOCIALISTAS DE DIREITA —

Os socialistas de direita constituem uma corrente política no movimento operário hostil aos interesses vitais do proletariado. Inimigos do socialismo científico, agentes das classes exploradoras infiltrados no movimento operário, os socialistas de direita têm por principal missão afastar a classe operária da luta por seus objetivos revolucionários, substituindo a luta de classes pela chamada «paixão social». A fim de alcançar os seus objetivos, os socialistas de direita procuram por todos os meios levar a cabo no seio do movimento operário. Nos países em que os partidos socialistas possuem base de massas e gozam de prestígio entre os trabalhadores, os socialistas de direita tentam fazer para impedir que se desenvolva a tendência dos operários socialistas à unidade com os seus camaradas comunistas para a luta em comum pelos seus interesses. E o que se verifica, por exemplo, em países como a França e a Itália, onde os chefes socialistas de direita como Saragat e Guy Mollet fazem de anticomunismo o centro de sua atividade política.

A experiência comprova que os socialistas de direita, sob a capa do «socialismo democrático» ou da «colaboração de classes», sistematicamente traem o movimento operário e a causa do socialismo. Na Alemanha, foi a traição dos socialistas de direita um dos fatores diretamente responsáveis pela instauração do nazismo. Na França, traíram a Frente Popular e, depois de inúmeros outros atos vergonhosos, vêm agora de abrir o caminho para a implantação da ditadura pessoal de De Gaulle. Os líderes reacionários dos socialistas de direita agem, na verdade, como defensores ativos do capitalismo e inimigos intransigentes do proletariado, ao qual procuram enganar com um palavreado pseudo-revolucionário.

A desmoralização e o descrédito dos socialistas de direita — anticomunistas e anti-soviéticos — é um fenômeno que adquire proporções cada dia maiores em todos os países. Convencendo-se da necessidade de unir as fileiras do movimento operário, os trabalhadores socialistas tendem, de modo irresistível, a estreitar os seus laços com os trabalhadores comunistas e de outras tendências, apesar das posições divisionistas dos líderes de direita.

do mercado interno; 7) estrito cumprimento pelas empresas petrolíferas do convênio vigente sobre câmbios diferenciais; 8) criação do Instituto Nacional do Petróleo; 9) cumprimento estrito da Lei do Trabalho por parte das companhias estrangeiras; 10) Contrato coletivo de trabalho

que melhora substancialmente as condições de vida dos trabalhadores petrolíferos. É este o programa com que os comunistas venezuelanos apresentam à consideração de todos os seus compatriotas, a fim de que seja vitoriosa a luta por uma política democrática e nacionalista.

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

NÃO TEM VIDA LONGA UM GOVERNO QUE SE APOIA NO TERROR CONTRA O POVO

A propósito dos últimos atos de repressão postos em prática pela ditadura salazarista, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português lançou ao povo um manifesto. Inicialmente, o manifesto protesta contra a prisão de «44 venerandas figuras da democracia portuguesa», os profs. Vieira de Almeida e Mário de Azevedo Gomes e os escritores António Sérgio e Jayme Cortezão. Estas violências, acrescenta o manifesto, visam a criar para o general Humberto Delgado, líder da oposição no país, a mesma situação em que se encontra o capitão Henrique Galvão, encarcerado e a morrer lentamente.

Em seguida, o documento denuncia o fato de que, forçado a mudar de ministro de Defesa, em face dos protestos contra a sua política repressiva, o sanguinário ditador, porém, não renuncia aos conselhos do famigerado Santos Costa, com quem mantém frequentes conferências secretas em torno da política de repressão, em que mergulhou o país, já há longos meses. São citados, depois, alguns dos atos arbitrários que vêm sendo ultimamente praticados pela tirania salazarista: «prisões em massa por todo o país (só da povoação alentejana de Cougo mais de 100 pessoas vão ser julgadas), tentativas de expulsão do país do sr. general Humberto Delgado, a proibição das comemorações do 5 de Outubro, o adiamen-

to ilegal das eleições para as Juntas de Freguesia, a proibição da entrada no país ao estadista inglês Aneurin Bevan, etc.»

E mais adiante: «Estas ações são a comprovação da

CONFIRMADA EM 1958 A CORREÇÃO DA LINHA GERAL DO PC CHINÊS

O «Diário do Povo», de Pequim, publicou um editorial sob o título «O entusiasmo flamejante deve ser combinado com a análise científica», dedicado à discussão, em todo o país, do comunicado da 6ª Sessão Plenária do Comité Central do Partido Comunista Chinês e sua «Resolução Sobre Algumas Questões Relativas às Comunas Populares.»

A sessão plenária, diz o jornal, confirmou a correção da linha geral do Partido para a construção do socialismo, que foi comprovada pela prática este ano, a correção da política de desenvolvimento simultâneo da indústria e da agricultura, baseada na concessão de prioridade à indústria pesada, do desenvolvimento simultâneo das indústrias pesada e leve, do desenvolvimento simultâneo das indústrias nacionais e locais, do desenvolvimento simultâneo de grandes, médias e pequenas empresas, da simultaneidade do emprego de métodos de produção modernos, simples e locais, a correção da política de efe-

profunda crise e decomposição em que o regime se debate, elas são a demonstração clara de que o governo de Salazar só com o recurso à repressão e à violência consegue ainda governar. Quando assim sucede, um tal governo está irremediavelmente condenado a desaparecer num prazo mais ou menos curto».

tivação de um grande avanço no desenvolvimento industrial, tendo o aço como chave e da política de combinação da liderança centralizada com os movimentos de massas.

Em conclusão, diz o jornal: «Seguindo para a frente pelo caminho traçado pela 6ª Sessão Plenária do 8º Comité Central do Partido, nós realizaremos não somente as grandes tarefas da construção econômica em 1959, como a tarefa de melhorar e consolidar as Comunas Populares. Também seremos certamente capazes de, nos próximos 3 a 6 anos, ou pouco menos, realizar o domínio dos meios de produção por todo o povo nas áreas rurais e nos próximos 15 ou 20 anos, ou um pouco menos, construir um grande país socialista com uma indústria, uma agricultura, uma ciência e uma cultura moderna e altamente desenvolvidas. Tudo isto nos permitirá edificar os fundamentos materiais e espirituais para a transição do socialismo ao comunismo.»

UM ANO DE LUTAS E DE VITÓRIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Jover TELLES
(Para a VOZ OPERÁRIA)

Em 1958 os trabalhadores deram novos passos no sentido do fortalecimento de unidade de ação e da unidade orgânica do movimento sindical. A classe operária ingressou no novo ano melhor aparelhada para travar, com êxito, novas lutas, na defesa de seus direitos.

Em 1958 foram fundadas duas novas confederações nacionais — a que unificou os bancários de todo o país e a Confederação Nacional dos Funcio-

nários Públicos. Realizaram-se congressos ou conferências sindicais em São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará, Alagoas e noutros Estados. Realizaram-se, também, congressos ou conferências sindicais de âmbito nacional de ferroviários, bancários, funcionários públicos, aeronautas e aviários, e outros setores profissionais.

De grande importância se revestiu a Conferência Sindical Nacional, realizada no primeiro semestre na capital da República. Além das reivindicações específicas da classe operária no local, município, Estado, ou nacionalmente, como a melhoria dos salários, o aperfeiçoamento do sistema de previdência social, a luta contra a carestia da vida, pela aprovação do projeto de lei que regulamenta demograficamente o direito constitucional de greve, a luta pela liberdade e a unidade sindical, etc., nesses congressos e conferências, os trabalhadores discutiram e tomaram resoluções sobre problemas como a defesa da indústria nacional, das riquezas naturais do país e da «Petrobrás», contra o assalto dos monopólios internacionais, assim como se manifestaram pelas liberdades democráticas, pela paz entre os povos, pela interdição das armas atômicas e de hidrogênio, pelo reatamento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil, a URSS e a República Popular da China, por medidas de reforma agrária e por outras soluções de conteúdo nacional libertador e democrático.

Particularmente importante foi a luta vitoriosa dos trabalhadores contra a American Can, pela defesa da indústria nacional de lataria; intensificou-se a luta em defesa da indústria nacional de construção naval contra o assalto do truste japonês «Ishikawajima» e de outros trustes estrangeiros, a luta em defesa da indústria de construção ferroviária, assim como a luta pela encampação de filiais da Bond and Share no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e em alguns outros Estados. Paralelamente à compreensão de que a contradição entre a nação brasileira e os imperialistas dos Estados Unidos e seus agentes internos é o fator principal nas condições atuais do proletariado vem, assim, assumindo gradualmente a liderança nas lutas pelas reivindicações de todas as forças antimperialistas e antiautoritárias do país. Nessas lutas o proletariado vem contando com o apoio dos estudantes, das massas populares e de setores da burguesia. Isso revela que a consciência do proletariado brasileiro vem se desenvolvendo significativamente.

O progresso da unidade sindical, no terreno de organização, obtido pela classe operária no processo de suas lutas, verifica sob formas diferentes: No Distrito Federal a unidade vem tomando forma ampliando com a criação do Conselho Consultivo Real da C.N.T.I., que abarcou os trabalhadores da indústria; nos Estados de São Paulo, Ceará, Pernambuco e Alagoas, a unidade se materializou na organização de pacto de unidade intersindical, no Rio Grande do Sul a unidade se extratificou na Co-

missão Executiva Coordenadora que foi fundada há alguns anos e reorganizada no último congresso sindical do Estado. Noutros Estados como Santa Catarina, Paraná, etc., se estruturaram comissões coordenadoras do movimento sindical; em alguns Estados a unidade avança através da fundação de federações setoriais que abrangem todos os sindicatos de trabalhadores da indústria; em diversos setores profissionais a unidade vem avançando com a organização de suas federações respectivas no âmbito nacional, estadual ou regional. Os trabalhadores procuram, assim forjar sua unidade sindical no plano horizontal, utilizando as mais variadas formas de organização, visando sempre encontrar os meios de coordenar o movimento operário para assegurar a defesa e a aplicação dos direitos já conquistados, bem como para obter novas vitórias na luta pela melhoria de nível de vida e das condições de trabalho.

As organizações intersindicais vem contribuindo para reforçar a unidade da classe operária e para dar maior vigor às suas lutas. A experiência demonstra que o movimento sindical vem avançando na medida em que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações; na medida em que, atuando nos quadros da organização sindical existente no país, os trabalhadores vêm forjando formas de organização que lhes permitam coordenar suas lutas no âmbito local, municipal, estadual e nacional. O movimento sindical vem progredindo também, na medida em que os trabalhadores aprendem a utilizar as conquistas da legislação vigente lutam por sua aplicação e para ampliar tais conquistas, influenciando no Parlamento, com a pressão das massas, para a aprovação de novas leis.

Durante o ano de 1958, representantes de sindicatos brasileiros participaram do Congresso Internacional da Juventude Trabalhadora, da Conferência Internacional dos Metalúrgicos, da Conferência Internacional dos Trabalhadores na Indústria de Calçado, Couros e Peles, assim como do Congresso Internacional dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais, todos convocados pelos respectivos departamentos profissionais da Federação Sindical Mundial. Os sindicatos dos trabalhadores da construção civil e o dos marceneiros também foram representados por uma delegação no Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil do Uruguai.

Em diversas assembleias e atos públicos, os trabalhadores brasileiros manifestaram seu protesto contra as medidas draconianas que os governos da Argentina, do Paraguai e do Peru vêm tomando contra os trabalhadores daqueles países, assim como contra as arbitrariedades

praticadas pela ditadura terroirista de Batista, em Cuba, ditadura que o glorioso povo cubano acaba de derrubar. Foram numerosos os sindicatos que se manifestaram contra a intervenção dos imperialistas americanos e ingleses no Líbano e na Jordânia.

Assim, o ano que findou marcou novo progresso na solidificação dos vínculos de solidariedade entre o movimento operário brasileiro e o movimento operário internacional.

Nos últimos meses do ano, o proletariado e demais empregados intensificaram seus esforços na luta contra a carestia, pela revisão do salário mínimo, pelo reajustamento geral dos salários, etc. Atualmente, os trabalhadores incrementam suas lutas pela aprovação da lei orgânica da previdência social; pela aprovação da lei que regulamenta o direito de greve; reforça sua vigilância na luta em defesa

da «Petrobrás», da indústria nacional de construção naval, da indústria nacional de material ferroviário, contra o assalto dos trustes internacionais e, antes de tudo, contra os monopólios americanos. Os trabalhadores exigem, com redobrado vigor, o reatamento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil, a União Soviética e a China Popular.

Teve relevante importância a reunião dos dirigentes sindicais paulistas e cariocas realizada, a 29 e 30 de novembro e onde foi elaborado um programa comum de luta, com o objetivo de unificar em torno de tal programa, o movimento sindical do Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio. Com o fim de lutar por um salário mínimo comum, também se reuniram conjuntamente, a 15 de dezembro, representantes dos trabalhadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Importante também foi a reunião conjunta de representantes da C.N.T.I. e de sindicatos das Regiões do Nordeste e do Norte do país, realizada em meados de dezembro e com o objetivo de unir os esforços dos trabalhadores das aquelas regiões na luta por um salário mínimo justo e por outras reivindicações.

Essas reuniões conjuntas marcaram novo e importante

progresso dos trabalhadores na luta pela unidade e organização do movimento operário.

A atividade do movimento sindical unida às massas populares determinou, em 1958, um série de vitórias como: o reajustamento dos salários, numa escala móvel que vai de 15 até 60%, na maioria das corporações operárias; a aprovação do novo salário mínimo (embora os níveis aprovados para muitos Estados não correspondam às necessidades dos trabalhadores e a luta prossiga por elevar tais níveis) e adiamento da majoração das tarifas de transporte urbano no Distrito Federal; a baixa das tarifas de transporte em Fortaleza; a suspensão do aumento dos fretes marítimos; o congelamento dos preços de uma série de produtos essenciais; a rejeição, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei, oriundo do Senado, com que se pretendia aumentar os aluguéis até 150%; o congelamento das anuidades escolares; a revogação, pelos poderes legislativos de Pernambuco e de outros Estados, das medidas antipopulares que haviam tomado como criação de sinecuras para satisfazer, à custa dos cofres públicos, a políticos derrotados pelo povo nas eleições. Outras vitórias foram também conquistadas.

As perspectivas para 59 são de grandes lutas do proletariado e do povo. Novos passos serão dados no sentido de fortalecer, ainda mais, a organização e a unidade sindical. Em abril se realizarão os congressos nacionais dos trabalhadores têxteis e o dos metalúrgicos. No primeiro semestre do presente ano, realizar-se-á a Conferência Sindical Nacional. Além disso, realizar-se-ão eleições para a di-

reção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, para as direções de diversas federações sindicais, sindicatos e para a renovação dos conselhos fiscais de todas as instituições de previdência social. Entrará na ordem do dia, no parlamento, o novo «Código de Trabalho», ocasião em que os trabalhadores se esforçarão para introduzir no mesmo novas reivindicações. Continuará a batalha pela aprovação da lei que regulamenta o direito de greve, assim como a luta pela aprovação da lei orgânica da previdência social. Também continuará a luta contra a carestia. Os trabalhadores não permitirão que o governo após ter alcançado a situação com a decretação do novo salário mínimo pretenda tornar inoperante a medida de congelamento dos preços e queira dar rédeas soltas à elevação dos preços e tarifas. Nesse sentido, em contradição com a medida de congelamento dos preços, o prefeito do Distrito Federal concedeu a Light novo aumento das passagens do bond e a COPAP pretende aumentar o preço do açúcar em mais 50%.

Em 1959 os trabalhadores, juntamente com todo o povo brasileiro, continuarão sua luta pela modificação da atual política externa e interna do governo, pelo deslocamento das forças entreguistas das posições que ocupam no aparelho do Estado e para alcançar assim o estabelecimento de um governo de coligação nacionalista e democrático.

Apoiados nos êxitos conquistados em 1958, o proletariado marcha no sentido de intensificar sua luta, ampliar a unidade e ação, fortalecer orgânica e politicamente os sindicatos e obter, assim, novas vitórias em 1959.

OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO

DAVID CAPISTRANO

O relatório do TRE sobre as eleições, publicado no «Diário Oficial», constitui um documento que nos permite analisar os resultados das urnas para cada agremiação política, seus progressos e seus recuos, bem assim a tendência do eleitorado no último pleito e o seu interesse em contribuir, através do voto, para aprimorar as instituições democráticas do país.

O interesse demonstrado pelo povo nas últimas eleições foi muito grande, comparecendo em massa às sessões eleitorais, havendo uma abstenção de 11%, apesar de milhares de votantes não terem podido votar devido às deficiências de organização dos trabalhos em muitas mesas receptoras. Do contrário a abstenção teria sido ainda menor.

A campanha política travada despertou as massas populares que se mobilizaram em torno dos «slogans» de caráter nacionalista, de defesa das liberdades democráticas e pelo progresso econômico do Estado. Os partidos políticos oposicionistas aproveitaram-se inteligentemente de sua posição favorável de oposição ao governo, para criticá-lo com veemência, baseados nos desmandos da administração e no desrespeito às liberdades democráticas praticados pela polícia etelvinista.

A classe operária desempenhou um papel de relevância na campanha, acelerando a polarização das forças políticas progressistas, democráticas e populares de um lado, e do outro, das correntes reacionária e não progressistas. Nos municípios industriais do Estado, os candidatos de voto majoritário das Oposições obtiveram de 65 a 80% da votação. Este fato, mais que qualquer outro, mostra como os trabalhadores se empenharam a fundo para conseguir a vitória sobre as forças governistas.

A democracia saiu fortalecida do pleito de 3 de outubro. O povo pernambucano não está desencantado com o Poder Legislativo, pois, os resultados das eleições tanto para a Assembleia Legislativa como para a Câmara dos Deputados demonstram o inte-

resse das massas pela eleição dos representantes, o que é significativo e também um desmentido às vociferações dos golpistas, de «crise de confiança», de «falência dos partidos e das instituições» do regime representativo.

Se considerarmos o número de votos em branco, veremos que para governador, do Estado foi de 15.000, para deputados estaduais, de 17.000; para senador, 59.000; para deputados federais, 23.000; para vice-governador, 52.000 e para suplente de senador, 89, constatamos o entusiasmo do povo pelas eleições e a sua esperança no regime democrático.

Estes números nos indicam que quanto mais conhecido for o cargo a preencher, e quanto mais diretamente ligados for aos interesses locais do povo, (governador e

deputados estaduais) que quanto mais honorífico for o cargo a preencher (funções de substitutos; vice-governador e suplente de senador) maior será a votação em branco.

Além do mais, vota em branco o eleitor que ainda não se decidiu por nenhum dos candidatos apresentados, seja por uma atitude radical exagerada de direita ou de esquerda, ou ainda por omissão aos problemas políticos. Porém, de qualquer forma, isto não significa enfraquecimento do sistema representativo, como apregoam certos círculos comprometidos com os golpistas.

A vitória obtida pelas oposições, em Pernambuco, sobre a coligação governamental tem uma grande importância política nos destinos do Estado, sentida pelas massas populares. A medida que a derrota do governo se apresentava uma sensação de alívio e de satisfação, se apoderava das massas. Nacionalmente teve enorme repercussão a vitória do dr. Cid Sampaio, sendo com justeza considerada, por outro lado, uma fragorosa derrota dos setores mais reacionários da política do país. Os golpistas e os entreguistas perderam uma posição decisiva de liderança no Nordeste, tida por eles como sólida.

Uma posição nova foi criada para o grande Estado nordestino, que pela primeira vez, em cerca de vinte anos, elegeu um governador apoiado nas forças sociais mais decisivas da sociedade pernambucana: a classe operária e a burguesia.

Uma particularidade desta situação, que nos surpreende,

à primeira vista, é o fato de os comunistas terem tido uma participação destacada na campanha eleitoral, reconhecida por todos os grupos políticos locais e no entanto, os candidatos a deputados estaduais por eles apoiados não conseguiram se eleger, apesar de obterem votação expressiva — o dobro da de 1954.

Durante a campanha eleitoral, os comunistas se empenharam com decisão no trabalho de propagação e de agitação em torno dos candidatos de voto majoritário — governador, vice-governador, senador e suplente — concentraram todas as suas energias para derrotar o grupo do governo. Esta atitude, em geral, foi justa, porém deveria ter sido acompanhada, para ser mais justa ainda, da preocupação mais insistente para levar ao Joaquim Nabuco, os candidatos indicados ao povo pelos comunistas, o que infelizmente não ocorreu.

Além do mais, a atividade dos comunistas em parte, se diluiu na frente única eleitoral, faziam propaganda de todos os candidatos das Oposições Unidas, e dos seus próprios, mas ninguém nas Oposições propagava a necessidade de votar nos candidatos ao Legislativo estadual, apóios pelos comunistas. Estes foram demasiadamente cautelosos com os seus aliados, nos palanques dos comunistas, que não os retribuíram a tais gentilezas políticas.

Não resta dúvida, por outro lado, que as perseguições policiais contra os comunistas, durante o governo de (Conclui na pág. 6)

CARTA DE PRINCÍPIOS DOS TRABALHADORES DO NORTE

A reunião dos delegados regionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria realizada em Fortaleza, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro do ano passado, aprovou a «Carta de Princípios das Organizações dos Trabalhadores na Indústria do Norte e Nordeste Brasileiro». Em face de não ter havido uma boa preparação prévia, porque os delegados regionais da CNTI não interessaram as organizações sindicais dessas regiões a discutirem previamente os problemas examinados na reunião de Fortaleza, o conclave reuniu um número limitado de dirigentes e militantes sindicais, sobretudo da indústria.

Mas, com uma pequena e rápida mobilização dos principais organismos sindicais de Fortaleza, no domingo 14 e na segunda-feira 15, os delegados regionais da CNTI debateram o conteúdo da «Carta de Princípios» com os dirigentes e militantes sindicais da capital cearense. Assim a Carta tornou-se um documento público, que será levado ao conhecimento das amplas massas laboriosas do norte e nordeste.

OS QUATRO PONTOS DA CARTA DE PRINCÍPIOS

A presidência da CNTI, na pessoa do sr. Decleciano de Holanda Cavalcanti, orientou a reunião dentro dos pontos da Resolução do encontro dos dirigentes e militantes sindicais do Distrito Federal e São Paulo, realizado na capital paulista nos dias 29 e 30 de novembro do ano finito.

O primeiro ponto da Carta reivindica para essa região um salário mínimo igual de 5.000 cruzeiros e para o Pará de 6.000 cruzeiros. O do-

cumento faz um estudo a respeito dessas reivindicações, devido ao custo de vida equivalente nesses Estados e a necessidade desse nivelamento, como um fator de progresso e de distribuição equitativa da mão-de-obra.

O segundo ponto se refere aos problemas da contenção do custo de vida. Não há uma região de nosso país que careça mais de tais medidas. É difícil de conceber como a população nordestina e do extremo norte pode ainda subsistir. A revolta do povo em Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, é que conseguiu estagnar um pouco os preços da subsistência e dos transportes. Mas não há nenhum órgão controlador de preços que realmente funcione.

Durante a reunião se espôs algumas medidas já vitoriosas, como a baixa do preço do pão em Fortaleza, de 24 para 20 cruzeiros; do preço dos ônibus e do pescado. Isso devido à situação dos representantes sindicais na COAP. O mesmo se tem dado em Natal e nas capitais de outros Estados. Mas ainda são medidas de pequena monta.

Os terceiro e quarto pontos se referem à luta pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e do livre exercício de direito de greve que se encontram no Senado Federal.

A Carta de Princípios unifica assim os trabalhadores e as organizações sindicais do norte e nordeste numa ação comum com os do centro e do sul de nossa terra.

AS CONDIÇÕES DE VIDA DA REGIÃO NORTE E NORDESTE

Durante as discussões e debates se pôs a nu o grau de miséria e descaço do governo central e dos Estados pelo povo e pela massa laboriosa.

O grau de exploração é alarmante. Nesse encontro sindical ficou comprovado que a vida é mais cara nessa região. Os cálculos apresentados pelo SEPT para a fixação dos novos níveis do salário mínimo foram considerados como um insulto à população do norte e nordeste. Vejamos alguns preços vigentes em Fortaleza: carne, 60 cruzeiros o quilo (com osso); feijão mulatinho, 25,00; feijão manteiga, 20,00; arroz, 23,00 e 25,00; açúcar, 14 e 15 cruzeiros, cristalizado; xarque (carne de sol) 70 e 80 cruzeiros e carne seca, 80,00; café, 75,00; leite, 18 e 18 cruzeiros o litro. (CONCLUI NA PAGINA 11)

APROVADA A EMENDA 13

FERROVIÁRIOS, MARÍTIMOS E PORTUÁRIOS CONQUISTARAM O ABONO

e a unidade e firmeza dos portuários, marítimos e ferroviários, decididos a recorrer à greve, o Governo foi obrigado a recuar, determinando à maioria na Câmara a aprovação da emenda nº 13, que assegura a esses trabalhadores o abono de 30%, concedido ao funcionalismo público civil e militar.

Em agitada sessão, anteriormente, com as galerias repletas de trabalhadores dessas categorias e funcionários públicos interessados, o líder Armando Falcão declarou que o Governo, cedendo aos insistentes apelos do P.T.B. e aos argumentos de parlamentares de outros partidos que integram o bloco da maioria, autorizou a aceitação da emenda do Senado, de extensão do abono a esses trabalhadores.

MEDO DA GREVE LEVOU AO ACORDO

A aceitação pela maioria da emenda nº 13 do Senado foi fruto de um acordo entre o P.S.D e o P.T.B., pelo qual seria a mesma aprovada e rejeitadas todas as demais, que estendem o abono aos funcionários das autarquias previdenciárias, magistrados, tesoureiros e inativos.

É certo, entretanto, que os partidos da maioria, sob a pressão dessas categorias de funcionários, decididos, também, a não se deixarem espoliar, não conseguiram fechar questão contra a aprovação das demais emendas.

VERGONHA PARA O GOVERNO

O Governo do sr. Juscelino Kubitschek cobriu-se mais uma vez de vergonha perante o povo brasileiro, ao ordenar ao seu chefe de polícia que mandasse cercar o Palácio Tiradentes por choques da Polícia Militar de metralhadoras

embaladas, e que fizesse acampar a polícia política em torno da Câmara Federal. Até mesmo dentro do recinto das sessões podiam ser identificados conhecidos espancadores do D.O.P.S. O cel. Danilo Nunes passava pelos corredores, comandando as suas equipes de tiras.

Cerca das 14,30 horas, em virtude de protestos reiterados, o 1º Secretário da mesa, dep. José Bonifácio (UDN de Minas), embora anunciando que mandara retirar os choques armados, limitara-se, na verdade, a intervir no sentido de que se escondessem um pouco, tomando posição atrás do edifício do M. da Viação, nos fundos da Câmara.

A vitória dos portuários, marítimos e ferroviários vem novamente mostrar à classe operária e ao povo que a unidade e a firmeza é que são capazes de fazer recuar o Governo quando se coloca contra os interesses do povo e da nação.

QUASE NÃO EXISTE A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA OS PADEIROS

Os cariocas pagam cada vez mais caro pelo pão que consomem. No entanto, os trabalhadores que o fabricam enfrentam condições de trabalho duríssimas e são pesadamente remunerados. Apesar da indústria de panificação dar grandes lucros (em geral 100% sobre o custo, e no caso dos pães especiais, mais de 150%), a exploração a que estão submetidos cerca de 28 mil trabalhadores que amassam, cozem e entregam o pão no Distrito Federal, chegou a tal ponto que as diferenças entre as diversas categorias em que se constituem desapareceram niveladas pelo salário mínimo. Somente uns poucos, — realmente os mais qualificados — ganham um pouco mais, atingindo algumas vezes (antes do novo salário mínimo)

a 6 mil cruzeiros. Os demais, aproximadamente 90%, recebem a remuneração mínima — seja o foinero, que é entretanto, profissional qualificado, ou os seus auxiliares.

INSALUBRIDADE E FALTA DE HIGIENE

Há na indústria de panificação serviços com elevado grau de insalubridade. É o caso do foinero e dos seus ajudantes. Ao abrir o forno recebem o impacto de um calor de 150 a 180 graus. O vapor que acompanha esse calor provoca moléstias das vias respiratórias e afeta a vista. No entanto, os foineros, que só por serem trabalhadores qualificados, deveriam receber salário superior ao mínimo, não se beneficiam da taxa de insalubridade, a que fazem

jús por lei, bem assim como os seus auxiliares. Apenas os que trabalham à noite percebem a taxa de 20%, correspondente ao trabalho noturno.

Tratando-se de uma indústria que se relaciona de perto com a saúde pública, a panificação deveria estar sujeita a severa fiscalização. Mas isso não acontece. As padarias, via de regra, não possuem instalações sanitárias em condições, banheiros, lugar para os operários mudarem de roupa, etc. O pão que o carioca consome é fabricado em condições de higiene as piores possíveis.

DESRESPEITO AS LEIS TRABALHISTAS

A fiscalização do Ministério do Trabalho também é inexistente. Assim, as leis tra-

Ameaças e Manobras Patronais

ROBERTO MORENA

Ameaçam os empregados, em seus pronunciamentos individuais e coletivos — estes através de suas organizações sindicais —, que não pagarão os novos níveis do salário mínimo a partir do dia 1º de janeiro deste ano. Outros declaram que fecharão suas fábricas. Alguns, como fizeram em 1952, 1954 e 1956, despedem alguns empregados, pagando (quando os sindicatos atuam defendendo os trabalhadores) indenizações à base do salário mínimo antigo, isto é, anterior a 1º de janeiro do ano que começa.

Tudo isso faz parte do plano elaborado e concebido pela Confederação Nacional da Indústria, que orienta e assessoria os industriais de todo o país. Não estão alheos a esse plano os comerciantes, mas estes não se mostram tão agressivos, porque sabem que vão lucrar com as maiores compras que farão os trabalhadores, empregados e funcionários públicos, empregando os seus salários e vencimentos majorados.

Essas manobras, essa resistência, já se haviam manifestado quando as Comissões do Salário Mínimo discutiram a questão da excepcionalidade. Tudo fizeram para retardar, cansar, causar desânimo e desespero entre a massa laboriosa e desacreditar os sindicatos operários. Somente com a mobilização dos trabalhadores e dos seus órgãos sindicais, que muito pesou no ânimo do governo é que essa foi votada. Na fixação dos novos níveis a luta foi mais rápida, porque, infelizmente, tiveram os empregados a seu favor o SEPT, que no seu "estudo", teve a coragem e, porque não dizer, cinismo, de apresentar uma tabela ao Ministério do Trabalho e ao Presidente da República, de níveis tão baixos. Essa tabela foi sem dúvida elaborada para manter e até mesmo rebaixar o valor aquisitivo do salário mínimo.

Mesmo assim não se conformam. Os srs. Lídio Lunardi, presidente da CNI, e Zulfo de Freitas Malman, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, capitaneiam a luta para que o salário mínimo elevado só vigore a partir de 25 de fevereiro, isto é, a 60 dias depois do decreto presidencial de 24 de dezembro passado, sob alegação que assim determina o artigo 116 da CLT.

Que pretendem com essas manobras e ameaças? Primeiro, dar tempo para aumentar tudo, como já acontece com o preço do bonde, do açúcar e outros artigos de primeira necessidade, invalidando assim o novo salário mínimo. Segundo, criar pânico na massa laboriosa, dizendo que o salário mínimo aumentado gera o desemprego, porque a indústria não suporta essa elevação, para obrigar os trabalhadores a se submeterem às suas imposições reacionárias. E, terceiro, ameaçar e tentar dividir o movimento operário e sindical, a fim de que não lute pela sua imediata e integral execução.

A responsabilidade, pois, do movimento sindical é muito grande. Seus dirigentes e militantes têm de lançar todo o peso dos organismos sindicais nessa etapa de luta, sem a qual a primeira, de excepcionalidade e da elaboração da tabela e sua decretação, perderia seu valor fundamental.

Não se pode esperar um só instante e nem deixar-se envolver por promessas e manobras. Trata-se de defender a subsistência da massa laboriosa de todos os quadrantes do país. Não se pode ficar somente, desta vez, em reuniões permanentes, em notas, em reuniões entre Estados. Surge a necessidade de uma ação mais enérgica, e se o governo quiser ser coerente com seu decreto de 24 de dezembro passado, tem que apoiar essa ação justa dos trabalhadores. Isso é o que esperam os trabalhadores de todas as categorias profissionais dos sindicatos, federações e confederações.

E não só que se inicie o pagamento dos novos níveis a partir de 1º de janeiro corrente, mas que não se burle, não se roube os direitos adquiridos, que sejam punidos os industriais e comerciantes que dispensem ou desempreguem seus empregados para não pagar o salário mínimo aumentado.

Ainda não terminou a batalha do salário mínimo. A luta continua agora para sua concretização. Carece de mais unidade, mais vigor e de vigilância redobrada. Esta é a missão dos sindicatos operários. Para isso é que existem: para unir e coordenar essa luta, que estamos certos, será também vitoriosa.

balhistas não são observadas. Os quadros com os horários de trabalho desapareceram dos estabelecimentos desde 1950. Os operários têm horário para começar a trabalhar, mas não o têm para largar. Também não têm hora para almoço e descanso. Alimentam-se mesmo trabalhando.

Os profissionais que quiserem conquistar um lugar efetivo num estabelecimento qualquer, devem, em regra, sujeitar-se a trabalhar 365 dias por ano e a ultrapassar diariamente em três ou quatro horas, o horário normal sem a remuneração correspondente, apenas em troca de algumas migalhas. Os ciclistas (entregadores de pão, iniciam o trabalho às quatro horas da madrugada e vão até às 20 e, às vezes, 22 horas, sem descansar, em troca do miserável salário mínimo. Os trabalhadores não podem assim, ter vida normal; tornam-se estranhos no seio da própria família, junto à qual não têm tempo de permanecer algumas horas diárias.

Mais de 80% dos operários não têm suas carteiras profissionais devidamente anotadas pelo empregador. Este recusa-se a fazê-lo, principalmente para furtar-se ao pagamento das cotas que lhe ca-

bem ao Instituto de Previdência, e das férias anuais do trabalhador.

ACORDO SALARIAL NÃO CUMPRIDO

O ano passado, o Sindicato deu entrada a um dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, pleiteando um aumento de salário de 80%. A percentagem à primeira vista parece excessiva, mas não o é como veremos a seguir. O TST concedeu 50% sobre os salários estabelecidos pelo acordo anterior. Tais salários eram tão ínfimos que, com o aumento dado pelo Tribunal, não perfaziam nem sequer o salário mínimo que estava sendo pago aos trabalhadores. O Sindicato apelou então para o TST, o qual decidiu o aumento para 15%, anulando-o, porém, sobre salários então vigentes. O veio trazer algum benefício real aos trabalhadores. Mesmo este acordo em grande parte os empregadores gam-se a cumprir, alegando que não receberam ordem seu Sindicato para isso. rias centenas de reclamações já foram encaminhadas à Justiça do Trabalho a respeito.

(CONCLUI NA PAGINA 11)

CARTA DE PRINCIPIOS DOS...

(CONCLUSÃO DA 10ª PAG.)

tro; ovos, dúzia 60 cruzeiros; Banha, 100 cruzeiros; pão, 20 cruzeiros; uma banana, 2,00 cruzeiros; e assim por diante. Os transportes, dada a pequena distância que percorrem, representam duas ou mais vezes que no sul. Mas o SEPT achou que o salário mínimo em Fortaleza devia

ser de 3.200 cruzeiros! Nos outros Estados a situação se equivale, sendo que em Manaus e Belém (só para falar nas capitais) as mercadorias atingem a preços astronômicos. Um ovo em Belém está valendo 15 cruzeiros. Uma cerveja em Fortaleza, Salvador, Recife, etc. vale de 30 até 50 cruzeiros ou mais!

Isto quanto às capitais. No Interior, a situação é indescritível. Emigram para as capitais e na maioria vivem de esmola.

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DO NORTE E NORDESTE

Estiveram presentes à reunião de Fortaleza, além do Presidente da CNTI, sr. Deocleciano de Holanda Cavalcanti, os srs. Dante Pellacani, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas e Roberto Mórera, do Sindicato dos Oficiais Marceneiros do Rio de Janeiro, que participaram ativamente dos trabalhos da reunião e, posteriormente, visitaram Recife e Salvador, discutindo o conteúdo da Carta de Princípios. Nesses debates se chegou à conclusão de que se torne necessária uma urgente e permanente solidariedade dos trabalhadores do centro e do sul aos seus irmãos do norte e nordeste. Não se trata de envio de viveres ou de outros gêneros que tanto carecem as populações desses Estados.

As Confederações, se é que querem cumprir com o seu dever, têm que expor essa aflição situação ao país e reclamar do governo medidas concretas. Não se trata de paliativos de emergência e eleitorais. Essas regiões carecem de uma ajuda permanente, mas não de forma humilhante, como o envio de mantimentos (que quase nunca chegam a seu destino) ou de auxílio exterior, como dos Estados Unidos que prometem leite em pó e remédios. O movimento sindical tem que exigir do governo que realize obras de vulto nessas regiões. Que acabe com as intermináveis obras de açudes, que se constroem estradas. Mas o que se torna necessário é que se aproveite a matéria prima que se perde por falta de fábricas.

A CNTI que elaborou uma Carta Econômica, que apresentou um plano ao governo, assumiu uma obrigação nessa reunião de Fortaleza: levantar um movimento em todo o país em favor do norte e nordeste. Este será o primeiro fruto do encontro sindical realizado na capital cearense.

HOMENAGENS A PRESTES: FESTAS...

(CONCLUSÃO DA 10ª PAG.)

mento, após doze anos de ausência física, voltava a se dirigir aos comunistas, aos seus amigos e aos simpatizantes da causa pela qual tem lutado.

"Quer fazer-vos com o coração nas mãos — continuou. Tudo fiz para evitar esta festa em homenagem à minha pessoa. Recordando uma frase de Marx, "todos nós precisamos às vezes, de uma dose de estolicismo", e terminel por ceder à insistência de amigos e correligionários."

E, mais adiante: "Em tudo que acontece há algo de bom", como diz Alvaro Moreira em seu último livro. É bom estarmos todos aqui reunidos, após estes 12 anos em que não poderia nem mesmo pensar numa festa como esta, festa que não é dedicada à minha insignificante pessoa, mas que é a festa da democracia, porque a minha presença aqui atesta que a democracia avança e se aperfeiçoa em nossa pátria."

Recorda, a seguir, alguns episódios de sua vida, dizendo que, pelos rumos que tomou é que os reacionários e os porta-vozes e agentes do imperialismo, fizeram da sua pessoa uma espécie de espantalho e de seu nome sinônimo de bandeira do comunismo.

Referiu-se aos dois grandes acontecimentos que acabam de saudir o mundo: a América Latina: o foguete soviético lançado à Lua e a queda da tirania em Cuba. Mostra que esses fatos provam, mais uma vez, de um lado a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, o inexorável avanço de toda a humanidade rumo à sociedade de amanhã, as bases sólidas e inabaláveis em que assenta a construção do comunismo na União Soviética e a marcha da grande China Popular para o mesmo objetivo; de outro, que nada mais poderá deter a emancipação completa de nosso país e de todos os países da América Latina.

APELO À UNIDADE

As últimas palavras de Prestes, ao apresentar a todos os seus votos de um novo ano de felicidade pes-

soals, de progresso e novas vitórias para as forças nacionalistas e democráticas, foram um apelo à unidade de todas as forças e correntes, em prol desses objetivos. Disse Prestes: "Hoje, quando os comunistas se reúnem de mãos estendidas a todos os patriotas. Aqui estão, ao lado dos comunistas, tantos e tantos amigos, demonstrando que não receiam marchar conosco porque desejam, como nós o desejamos, a felicidade de nosso povo e o progresso de nossa pátria."

COMUNISTAS FESTEJAM SEU DIRIGENTE; O POVO SAUDA SEU LÍDER

Às 16 horas, em sua residência, Prestes recebeu a visita de numerosa comissão de trabalhadores marítimos e portuários. Levaram a Prestes um grande bólo de aniversário, representando um petroleiro, confeccionado por suas esposas e filhas.

Ao ser servida uma taça de champanha aos visitantes, o velho líder portuário Joaquim José do Rêgo saudou Prestes em nome da comissão e dos companheiros portuários e marítimos all representados. Disse de alegria e da emoção com que festejavam o 61º aniversário do companheiro e dirigente político, do líder da classe trabalhadora, cuja volta ao convívio do povo, da família e de seus companheiros de ideal, era motivo de novas esperanças para os trabalhadores e para todo o nosso povo.

Agradecendo a visita dos trabalhadores, Prestes mais uma vez assinalou as novas condições históricas em que vive a humanidade, caracterizadas sobretudo pelo avanço do socialismo. Falou sobre as tarefas dos comunistas.

Em São Gonçalo (Estado do Rio), no bairro Sete Pontes, foi também festejado o aniversário de Prestes. O dr. Armando Leão Ferreira falou aos presentes sobre a vida e as lutas de Prestes.

Em todas essas oportunidades, centenas de comunistas, de amigos de Prestes, de moradores do bairro ou do subúrbio, jovens e velhos, homens e mulheres, levaram ao querido líder popular e dirigente comunista a afirmação de sua confiança e de sua amizade, do seu apoio e solidariedade aos ideais que prega e às lutas em que se empenha à frente de seus correligionários.

tas, a necessidade de que, hoje, mais do que nunca, esta jam sempre estreitamente unidos ao povo, sendo por toda parte os maiores e mais consequentes defensores e forjadores da unidade de todos os patriotas e democratas, pois que dessa unidade depende a mais rápida emancipação de nossa pátria do jugo do imperialismo e a marcha mais acelerada para a sociedade socialista, objetivo e meta dos comunistas e dos trabalhadores de todos os países do mundo capitalista.

FESTAS NOS BAIRROS

Todo o resto do dia de sábado, até mais de 12 horas da noite, e toda a manhã de domingo, Prestes, passou entre os seus correligionários e amigos, que em homenagem à sua data natalícia, programaram vários atos festivos.

Conforme fora anunciado, comunistas, amigos e admiradores de Prestes reuniram-se à rua Maranhão, em Lins de Vasconcelos. Em homenagem a Prestes os jovens que integram o conjunto musical "Diamantes do Ritmo", executaram alguns números de seu repertório. Várias lembranças foram oferecidas a Prestes, inclusive uma espátula de tartaruga, com o seu nome gravado em ouro, presente dos operários e dos proprietários de uma pequena indústria de objetos de tartaruga, localizada no Rocha.

Sempre acompanhado de Anita Leocádia e de sua irmã Clotilde, Prestes participou de outras festas e reuniões em Vila Isabel e na Gávea.

Na manhã de domingo realizou-se grande festa na Praia de Sepetiba e, finalmente, em São Cristóvão.

Em São Gonçalo (Estado do Rio), no bairro Sete Pontes, foi também festejado o aniversário de Prestes. O dr. Armando Leão Ferreira falou aos presentes sobre a vida e as lutas de Prestes.

Em todas essas oportunidades, centenas de comunistas, de amigos de Prestes, de moradores do bairro ou do subúrbio, jovens e velhos, homens e mulheres, levaram ao querido líder popular e dirigente comunista a afirmação de sua confiança e de sua amizade, do seu apoio e solidariedade aos ideais que prega e às lutas em que se empenha à frente de seus correligionários.

A BATALHA DA DIFUSÃO

AUMENTOS: Franca: mais 14%.

AGÊNCIAS RESTABELECIDAS: Araçatuba, Campinas e Taubaté.

AGÊNCIAS REDUZIDAS: Rio Claro menos 10%, e Santo Anastácio menos 50%.

Juiz de fora: Segue com a remessa desse número os 5 exemplares do nº 498 ao 498, pedidos.

Belo Horizonte: Com a remessa desse número, estamos enviando conforme pedido, 100 exemplares do nº 500.

AVISO IMPORANTE: Com essa remessa estão seguindo as faturas referentes ao mês de dezembro de 1958 dos Estados de S. Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio e Goiás.

Recebemos dos amigos de Curitiba, a importância de Cr\$ 500,00 como ajuda a VOZ OPERÁRIA, o que agradecemos.

Recebemos também como ajuda a importância de Cr\$ 210,00 do pessoal da Central do Brasil.

AVISO AO LEITOR

Se nas bancas de seu bairro ou de sua rua, não for encontrada a venda VOZ OPERÁRIA, avise a Gerência pelo telefone 427344.

PAGAMENTOS DE 24-12 a 7-1-59: Campina Grande Cr\$ 300,00; Curitiba Cr\$ 350,00; Fortaleza (CF) Cr\$ 4.500,00; S. Luiz Cr\$ 300,00; Salvador Cr\$ 1.000,00 (Int. NOS); Botucatu Cr\$ 500,00; Cândido Mota Cr\$ 70,00; Itacanga Cr\$ 130,00; Volta Redonda Cr\$ 2.000,00; Petrópolis Cr\$ 600,00; Vitória Cr\$ 2.000,00; Araraquara Cr\$ 200,00; Distribuidora Riachuelo Cr\$ 15.000,00; Dourados Cr\$ 1.000,00; Maceió Cr\$ 300,00; Rio Claro Cr\$ 1.225,00; Campina Grande Cr\$ 1.200,00; Campinas Cr\$ 3.000,00; Bauru Cr\$ 700,00; C. Itapemirim Cr\$ 600,00; S. J. R. Preto Cr\$ 750,00; Jequitinhonha Cr\$ 200,00; Lupatins Cr\$ 100,00; Marília Cr\$ 300,00; Mandaguari Cr\$ 200,00; Araçatuba Cr\$ 1.425,00; Curvelo Cr\$ 100,00; Cuiabá Cr\$ 220,00; Maricá Cr\$ 400,00; Ponta Grossa Cr\$ 700,00; e Sabará Cr\$ 200,00.



Uma visita sempre vale a pena!

10 DE MARÇO 1959

A FEIRA DE LEIPZIG

FEIRA TÉCNICA E FEIRA DE AMOSTRAS

10.000 expositores de 40 países Compradores de 80 países

Convites Oficiais de Identificação para visitar a Feira poderão ser obtidos: Câmara de Comércio e Indústria do Brasil, Av. Rio Branco, 151 - 7º, s 705/707 RIO DE JANEIRO

Câmara da Cidade do Rio Grande, Caixa Postal 215 RIO GRANDE DO SUL

Informações: Escritório Brasileiro de Fomento do Comércio Internacional, Av. Rio Branco, 14 - 21º and. RIO DE JANEIRO

Para informações, nomeação de casas fornecedoras, etc., por:

LEIPZIGER MESSEAMT, HAINSTR. 18A, LEIPZIG 61

Quase não existe a legislação...

(CONCLUSÃO DA 10ª PAG.)

Os trabalhadores que não se sujeitam às absurdas exigências dos patrões não conseguem efetivar-se em emprego algum, ficam reduzidos à condição de «biscateiros» e vão para os pontos de concentração de desempregados. Estes são lugares — quase sempre um bar ou botequim — onde os biscateiros se concentram durante o dia. Um deles paga pelo uso do telefone e manda imprimir cartões, quais se oferecem os serviços dos desempregados. Os empregadores, à medida que os necessitam, devido à falta de algum efetivo ou mesmo para evitar a efetivação de trabalhadores, telefonam chamando-os para servirem durante prazos curtos — um, ou alguns dias.

Há mais ou menos dez desses «pontos» no Distrito Federal. Diariamente em cada um deles perambulam quinze a vinte trabalhadores desempregados. O Sindicato possui agência de colocações, onde os operários também são procurados, mas esta é insuficiente para atender a todos, além de que não pode fazer frente às solicitações dos estabelecimentos dispersos por toda a cidade.

Esforçando-se por eliminar essa série de anomalias, o Sindicato insiste junto ao Ministério do Trabalho para que providencie uma severa fiscalização dos estabelecimentos a fim de obrigar o cumprimento da legislação traba-

lista sob todos os seus aspectos. Ao mesmo tempo intensifica entre os associados o trabalho de esclarecimento sobre os direitos que lhes assistem e a forma de fazer respeitá-los. Quanto à questão salarial, os líderes dos panificadores esperam que na próxima assembleia da corporação seja designada uma comissão para entrar em entendimentos com os empregadores, visando a conquista de uma melhor remuneração para as várias categorias profissionais que trabalham na indústria de panificação.

Congratulações

(CONCLUSÃO DA 12ª PAG.)

Cruz, Luiz Neves, família Portinari, Fernando Camargo, família Belfort, Jayme Rodrigues, Amaro Miguel de Lima, Bento da Gama, Joaquim Ferreira Filho, Olivio Pinto, Severino Soares e Hermilo Ximenes, Tertuliano e Lourdes, Cota, família Miguel Costa, Eucis e família, Sebastião Pinto, Wilson Melo, Zelândia Pinto, Jayme Garbelotti, Altino Valmorbidia, Manoel Arruda, A. Regis, Eufrânio Zanoni e Arnaldo Rosa, José R. Alencar, Benedito Santos e família, Alvaro Silva Távares e família, Cabochinho Farias, José Sobreira, Aloisio Moraes, José Tiburtino, Manoel Marques, José Militão, José Guedes e Sebastião Pereira, Miguel Batista, Venâncio Higino, Cecília Barbosa, José Menino, Mário Baldino, José Reis e Albertino.

A Expansão dos...

(CONCLUSÃO DA 4ª PÁGINA)

com Matriz fora de Minas possuam somente 30 departamentos nos municípios mineiros.

Os sete maiores bancos mineiros — Crédito Real, Mineiro da Produção, Hipotecário e Agrícola (estes três são bancos oficiais) Lavoura, Nacional de Minas Gerais, Moreira Sales e Comércio e Indústria transformaram-se em verdadeiras potências financeiras, relativamente ao meio bancário nacional. Com apenas três bilhões e quinhentos e cinquenta milhões de capital e reservas, essas instituições, possuíam, em outubro de 1958, a gigantesca soma de 52 bilhões e 700 milhões de cruzeiros de depósitos, quase a metade de todo o dinheiro em circulação no país. Isto representa quinze vezes mais o seu capital e reservas, enquanto a média internacional varia entre quatro e oito vezes mais, no máximo. E os balanços publicados por esses estabelecimentos, relativos ao 1º semestre deste ano, indicam que terão em 1958 um lucro líquido de UM BILHÃO E DUZENTOS MILHÕES de cruzeiros, o que significa uma taxa anual de 35% verdadeira agiotagem em juros bancários.

O volume de depósitos dos poderes públicos e autarquias nesses bancos é o maior em todo o país. Por outro lado, enquanto o Banco do Brasil amplia os seus empréstimos à lavoura e indústria mineiras, a rede bancária particular de Minas aumenta os seus negócios com o governo

estadual, financiando-o por várias maneiras. Este fato, além de representar uma combinação financeira resultante do domínio político do grupo mineiro ora no poder, poderá determinar uma influência cada vez maior dos banqueiros no governo estadual e na política nacional. Inevitavelmente, esse poder financeiro estará em ação na campanha eleitoral de 1960, dilapidando na arena política, com os grupos paulistas e outros concorrentes ou a eles associados.

Voltaremos ao assunto em próximos artigos, examinando outros aspectos do desenvolvimento da rede bancária mineira.

VOZ OPERÁRIA

DIRETOR Mário Alves

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1772. — Tel: 42-7344
Administração e gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, sala 905
ASSINATURAS
Núm. avulso 3,00
Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte: Núm. atrasado 5,00
SUCURSAL PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria nº 66, s/ 43.

HOMENAGENS A PRESTES: FESTAS DA DEMOCRACIA

O transcurso do 61º aniversário de Luiz Carlos Prestes, sábado passado, dia 3, deu motivo a que os comunistas do Distrito Federal, pela primeira vez nestes últimos doze anos, se reunissem publicamente em torno de seu grande líder e dirigente político. A coincidência de dois grandes acontecimentos — a queda da ditadura de Batista em Cuba e o lançamento em direção à lua do foguete soviético, levando ao espaço sideral o primeiro planeta artificial, — deram às comemorações populares da data aniversário que se festejava um

cuinho de maior alegria e mais intensa vibração política.

As festas e atos comemorativos, durante dois dias realizados em vários bairros e subúrbios da cidade, além do grande almoço da Churrascaria D. Camilo, constituíram expressiva demonstração do prestígio do grande líder popular, da calorosa e fraternal estima que lhe votam seus correligionários e da confiança que nele depositam os patriotas e democratas de todas as filiações partidárias e filosóficas.

todos os quadrantes, que estimam e admiram em ti o patriota, o servidor do nosso povo, o homem cujo pensamento e cuja atividade se concentram, a vida inteira, no trabalho da Pátria e da liberdade."

Astrojildo Pereira se referiu, em seguida, a Prestes como soldado, político, doutrinador e chefe de partido, salientando que a paixão de servir é a linha mestra de sua poderosa personalidade de homem público.

"Mas teu aniversário — prosseguiu — não nos oferece apenas o ensejo de homenagear o eminente homem público, que todos admiramos e respeitamos. Nosso apreço incide igualmente sobre o homem comum, o homem da intimidade, o amigo dos seus amigos, o companheiro dos seus companheiros, o filho, o esposo, o pai, o irmão".

Astrojildo Pereira concluiu sua saudação desejando a Prestes longos anos de vida e boa saúde.

A FESTA DA DEMOCRACIA

Ao fim do almoço, em seguida ao brinde levantado em sua homenagem, Prestes falou, agradecendo em rápidas palavras a manifestação de apreço que lhe era tributada. Disse, inicialmente, da emoção com que naquele mo-

dir, Floriano Gonçalves, Milton Pedrosa, editor Carlos Ribeiro, drs. Alcêdo Coutinho, ex-deputado comunista, Sydney Rezende, Milton Lobato, Irun Santana, Urândulo Fonseca, Neves Manta, advogados Sirival Palmeira, José Frejat, Francisco Chermont, Humberto Teles, Vivaldo Vasconcelos, engenheiros Boruch Milman, Hugo Regis dos Reis, Sampaio Lacerda, Endsman Cavalcanti, Antônio Rollemberg, economista Mário Magalhães, jornalista Elza Soares Ribeiro, os líderes bancários Olímpio Melo e Luiz Viêgas, dr. Guilherme Malaquias e senhora, dirigentes sindicais dos marceneiros, sapateiros, alfalates, marítimos, trabalhadores em moinhos, rodoviários, comerciários, metalúrgicos.

SAUDAÇÃO

Coube ao escritor Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, saudar o aniversariante em nome de seus companheiros e amigos.

Seria relativamente fácil — disse inicialmente o orador — repetir os dados de uma biografia movimentada, rica de ímpetos gloriosos e de passagens heróicas. Mas não era isso que lhe competia no momento. E acrescentou:

"Amigo Luiz Carlos Prestes:

Amigo — eis aqui a limpa e calorosa palavra que nos congrega a todos em tua volta, não apenas os teus correligionários, mas amigos de

todos se misturaram em torno das mesas em efusiva e democrática confraternização.

Entre as pessoas presentes, assinalamos: prof. Lineu de Albuquerque Melo, ex-senador Abel Chermont, maestro José Siqueira, deputado Lycio Hauer, sr. Carlos Ponchetti, industrial gaúcho, pintoras Djanira Motta e Silvia Chal-

NA CHURRASCARIA D. CAMILO

Mais de 400 pessoas participaram do almoço oferecido a Luiz Carlos Prestes. Pequeno para acomodar o grande número de pessoas que desejaram levar ao dirigente comunista a sua manifestação de amizade e confiança, o vasto salão do andar térreo



Tendo ao seu lado o ex-senador Guilherme Malaquias, Prestes recebe as votos de felicidades e longos anos de vida na festa que lhe ofereceram correligionários e amigos da Gávea.

Na Churrascaria transbordou para o bar e para o recinto ao fundo, destinado à orquestra, onde foram improvisadas inúmeras novas mesas.

Cerca de 13 horas, ao dar entrada no recinto, acompanhado de sua filha Anita Leonardo e de alguns amigos mais íntimos, como o prof. Lineu de Albuquerque Melo, dr. Abel Chermont e o escritor Astrojildo Pereira, seu mais antigo correligionário, Prestes foi entusiasticamente aplaudido e aclamado.

Médicos, engenheiros, advogados, professores, bancários, artistas plásticos, escritores, jornalistas, trabalhadores das mais diferentes profissões, marítimos de todos os ramos, estudantes de todas as escolas superiores, simples donas de casa e mães de família,

rêu, pintores Di Cavalcanti, Paulo Werneck, Quirino Campoflorito, escultor Honório Peçanha, professores Pizarro Jacobina e Alvaro Dorea, escritores Astrojildo Pereira, James Amado, Dalcídio Juran-

Mensagens de Congratulações

Pela passagem de seu aniversário, Prestes recebeu, entre outras manifestações, mensagens de congratulações das seguintes pessoas: Jaime Barbosa, Sebastião Cunha, Aristóteles Cunha Pinto, Laurindo Santiago Silva, Nicánon Mendes da Silva, Floriano Barros, Manoel João da Silva, Amâncio de Siqueira Campos e família, Alberto Ferreira, José Paulino, João Oscar, José Maria Nascimento, Ulisses Siqueira, Cleuni-

ce Siqueira, Cesário Morale, Laide Souza Palma, Lourdes Palma, Adolfo Gordo Filho, J. M. Carvalho Galvão, Elias Prado, Flávio Palma, José Serafim de Castro, Italo Barbieri, Abraão Isaac Neto, René Nogueira, Acyr Aguiar, Aristeu Nogueira, Kleber e Joana, Pedro Reis, Jorge Batista Meireles, Aldo Dittrich e sra., Ajuricaba Monassa e família, de um grupo de patriotas de Bauru, Hermógenes Miranda Jr., José Soares de Oliveira, Letelba Rodrigues de Brito, B. Baía Moreira, de amigos de Copacabana com mais de 20 assinaturas, Nuta B. James, Otávia Ferreira Lima, de portuários do Recife, Joaquim Teixeira Chaves, Pelopidas Silveira e esposa, Otávio P. de Souza, Edi Rizzo e família, Aldo Lins e Silva, Peregrina, Léa, Isabel Cláudio e Marina Duarte, dos funcionários de "Notícias de Hoje" de Lupércio, Regina, Celeste, Luiz Carlos e Lupercinho, Zuleima Licurgo e família, João Manuel Carvalho, Yeddo Fluzza e família, F. Fernandes, José de Almeida Barreto, dos comunistas do Mocanguê, Machado, J. Maria e Amaurílio, Heloisa Maranhão, E. Barbosa Netto, Pedreiras, Vitorino Bartlett James, Aparício Torelly, Camilo Monteiro, Mozart Lago, Waldemiro

(CONCLUI NA PAG. 11)



Prestes entre correligionários, amigos e admiradores dos bairros de Lins de Vasconcelos, Boca do Mato, Métes e Engenho de Dentro, na festa que lhe foi oferecida numa residência de amigos, à rua Maranhão.



Plagante solhido durante a festa oferecida a Prestes pelos correligionários e amigos de Vila Isabel.



Estes flagrantes fixam momentos expressivos do grande almoço que reuniu em torno de Prestes mais de 400 pessoas, entre correligionários, amigos e velhos companheiros de sua acidentada vida de dirigente político. Ao alto vê-se Astrojildo Pereira junto ao microfone, enquanto Prestes é cumprimentado por um jovem. Em baixo, um aspecto do salão principal da Churrascaria D. Camilo.



Em sua residência Prestes recebeu a grande comissão de portuários, marítimos, estivadores e trabalhadores da Resistência. Clotilde Prestes serve o bôlo de aniversário, enquanto Prestes aguarda que cessem os aplausos para agradecer as manifestações de amizade e confiança que acabava de receber.